

An illustration of an industrial skyline in shades of red and orange, featuring various factory buildings, smokestacks, a crane, and an oil pumpjack. The skyline is set against a background of diagonal lines. A large red rectangular area at the bottom contains the title text. Blue and red geometric lines frame the top and bottom of the page.

AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA DO ESTADO DA BAHIA 2017

**AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA
DO ESTADO DA BAHIA 2017**



AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA DO ESTADO DA BAHIA 2017

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA - FIEB

24 de abril de 2017

© 2017 Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB).
É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação,
desde que citada a fonte.
Direitos reservados ao Sistema FIEB.

Coordenação-Geral: Vladson Bahia Menezes

Normalização
Biblioteca Sede / Sistema FIEB

F293a Federação das Indústrias do Estado da Bahia
Agenda Legislativa da Indústria do Estado da Bahia 2017/
Federação das Indústrias do Estado da Bahia — [4. ed.]
Salvador: Sistema FIEB, 2017.
76 p.

1. Economia 2. Tributos 3. Área Social 4. Lei
Trabalhista 5. Política Urbana 6. Infraestrutura 7. Meio Ambiente
8. Poder Legislativo. 9. Bahia I. Título.

338.4

Rua Edístio Pondé, 342, STIEP
Salvador - Bahia
CEP: 41.770-395
Tel.: (71) 3343-1232/1385
Home page: www.fieb.org.br

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA – FIEB

DIRETORIA

Presidente

Antonio Ricardo Alvarez Alban

1º Vice-Presidente

Carlos Henrique Jorge Gantois

Vice-Presidentes

Alexi Pelagio Gonçalves Portela Junior

Edison Virginio Nogueira Correia

Eduardo Catharino Gordilho

Josair Santos Bastos

Diretores Titulares

Alberto Cánovas Ruiz

Angelo Calmon de Sa Junior

Antonio Geraldo Moraes Pires

Eduardo Meirelles Valente

Fernando Luiz Fernandes

Jefferson Noya Costa Lima

João Schaun Schnitman

José Carlos Telles Soares

Juan José Rosário Lorenzo

Luiz Fernando Kunrath

Mauricio Toledo de Freitas

Renata Lomanto Carneiro Müller

Theofilo de Menezes Neto

Waldomiro Vidal de Araújo Filho

Diretores Suplentes

Cléber Guimarães Bastos

Gladston José Dantas Campêlo

Guilherme Moura Costa e Costa

Jorge Catharino Gordilho

Marcelo Passos de Araújo

Roberto Mário Dantas de Farias

Conselho Fiscal

Efetivos

Francisco Sales Souza Gomes

Reginaldo Rossi Rubens Barbosa

Rubens Barbosa

Suplente

Jose Carlos Feijóo Falcon

Delegados junto ao Conselho da CNI

Efetivos

Antonio Ricardo Alvarez Alban

José Henrique Nunes Barreto

Suplente

Alberto Cánovas Ruiz

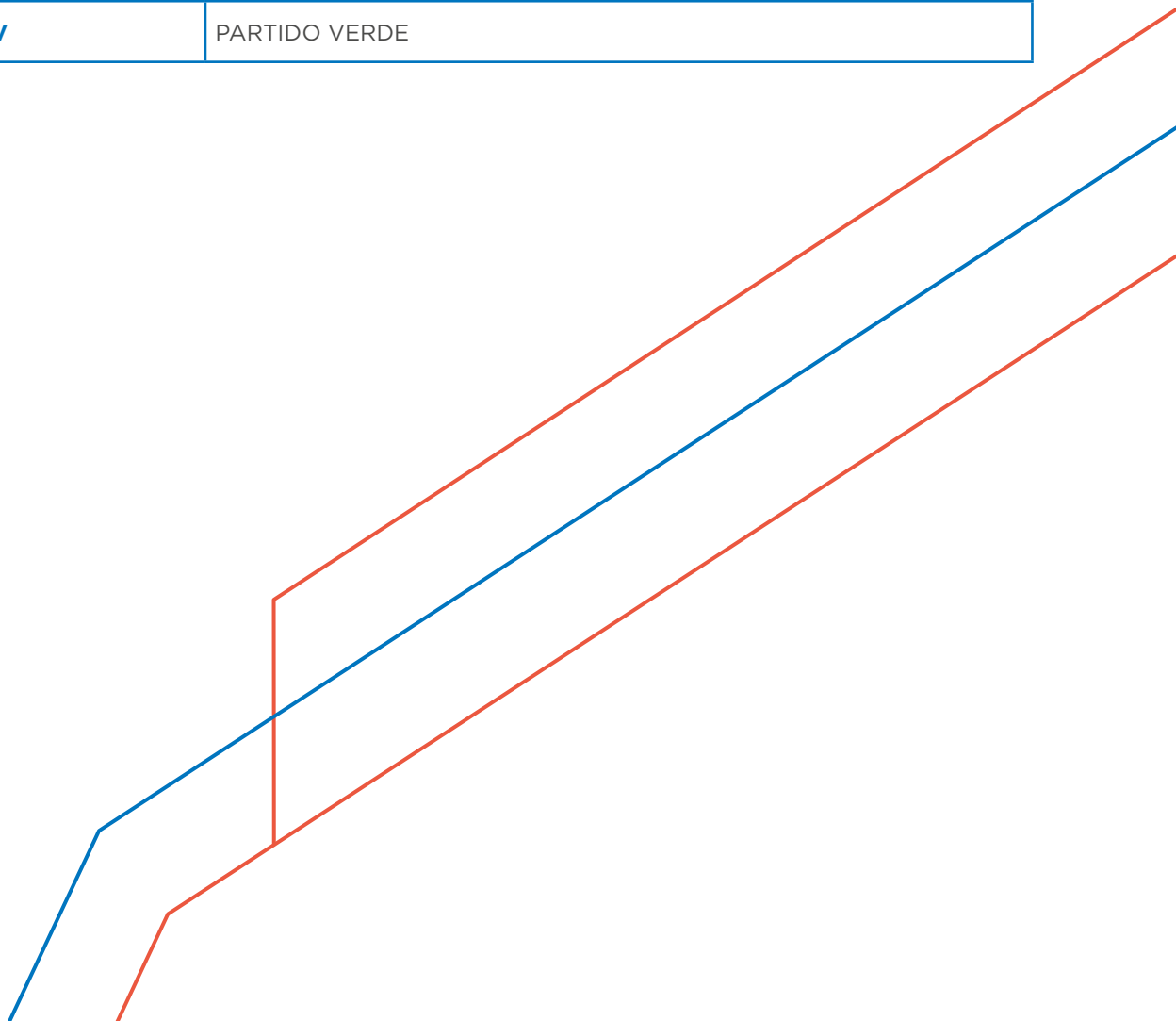
LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALBA	Assembleia Legislativa do Estado da Bahia
ANA	Agência Nacional de Águas
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAD-ICMS	Cadastro de Contribuinte do ICMS
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CDA	Certidão de Dívida Ativa
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CEFIR	Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais
CF	Constituição Federal
CND	Certidão Negativa de Débito
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A
FEPC	Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMS	Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LAMIN	Laboratórios de Análises Minerais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PERS	Política Estadual de Resíduos Sólidos
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPA	Programa Produtor de Água
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SEA	Secretaria Estadual de Administração
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura
SEFAZ/BA	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura da Bahia
SINAFLOR	Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SUS	Sistema Único de Saúde

VISA	Vigilância Sanitária
ZEE	Zoneamento Econômico-Ecológico
COMISSÕES	
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CAPR	Comissão de Agricultura e Política Rural
CDCRT	Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho
CDM	Comissão Direitos da Mulher
CDHSP	Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública
CECCTSP	Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público
CFOFC	Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle
CIDET	Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo
CMARH	Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos
CSS	Comissão de Saúde e Saneamento
CEFIOLPS	Comissão Especial da Ferrovia de Integração Oeste-Leste e do Porto Sul
CEPI	Comissão Especial da Promoção da Igualdade
CEATE	Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação
CEDR	Comissão Especial de Desenvolvimento Regional
CEDU	Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano
CEDPL	Comissão Especial de Desporto, Paradesporto e Lazer
PARTIDOS	
DEM	DEMOCRATAS
PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PP	PARTIDO PROGRESSISTA
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
PV	PARTIDO VERDE



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
--------------------------	-----------

TRIBUTÁRIO E ECONÔMICO	14
-------------------------------------	-----------

- » Código de Defesa do Contribuinte
- » Comércio ilegal de madeiras
- » Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal
- » Conhecimento do valor dos impostos embutidos no preço do produto ou serviço
- » Incentivo fiscal para o financiamento de projetos ambientais
- » Contribuição para programas de esporte amador, olímpico, paralímpico e de cultura
- » Informações de alimentos com alto teor de açúcar, sódio, gorduras trans e saturadas
- » Dispensa de ajuizamento de execuções fiscais de pequeno valor

SOCIAL E TRABALHISTA	24
-----------------------------------	-----------

- » Selo Empresa Incentivadora do Primeiro Emprego
- » Programa Empresa Amiga da Educação

POLÍTICA URBANA, INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE	28
--------------------------------------------------------------	-----------

- » Identificação de produtos orgânicos
- » Reciclagem de aparelhos eletrônicos pelos seus fabricantes quando em desuso
- » Proibição de realização de obras durante as férias e feriados prolongados
- » Política Estadual de Incentivo ao Cultivo e ao Manejo Sustentado do Bambu
- » Proibição de extração, comercialização e uso de amianto
- » Programa Estadual de Conservação de Água e Economia de Energia Elétrica
- » Bonificação de tarifa para o consumidor que economizar água
- » Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar
- » Obrigatoriedade de indicação sobre o uso de agrotóxicos
- » Programa Desmatamento Zero
- » Obrigatoriedade da instalação de telhado verde e reservatório de águas pluviais
- » Plano de Proteção e Conservação às Nascentes de Água e de Rios
- » Sistema sensor e válvulas de bloqueio de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)
- » Política de Mobilidade por Bicicletas
- » Programa Estadual de Incentivo ao Uso da Energia Sustentável
- » Obrigatoriedade do plantio de árvores em novos empreendimentos
- » Obrigatoriedade de álcool em gel, spray ou espuma para a higienização das mãos

INSTITUCIONAL.....48

- » Terras públicas e devolutas

INTERESSE SETORIAL 52

- » Proibição da comercialização de cigarros e derivados do tabaco próximo a estabelecimentos de ensino
- » Regulamentação da extração, captação e industrialização de água mineral
- » Obrigatoriedade de apólices de seguro em licitações na modalidade Tomada de Preço
- » Substituição de até 10% da farinha de trigo pela fécula de mandioca
- » Exposição de bebidas alcoólicas para o público consumidor em locais específicos
- » Normas de garantia para a contratação de serviços de manutenção e recomposição asfáltica
- » Instalação de câmeras nos abatedouros de animais
- » Isenção de ICMS para geomantas e lonas plásticas para a retenção de encostas

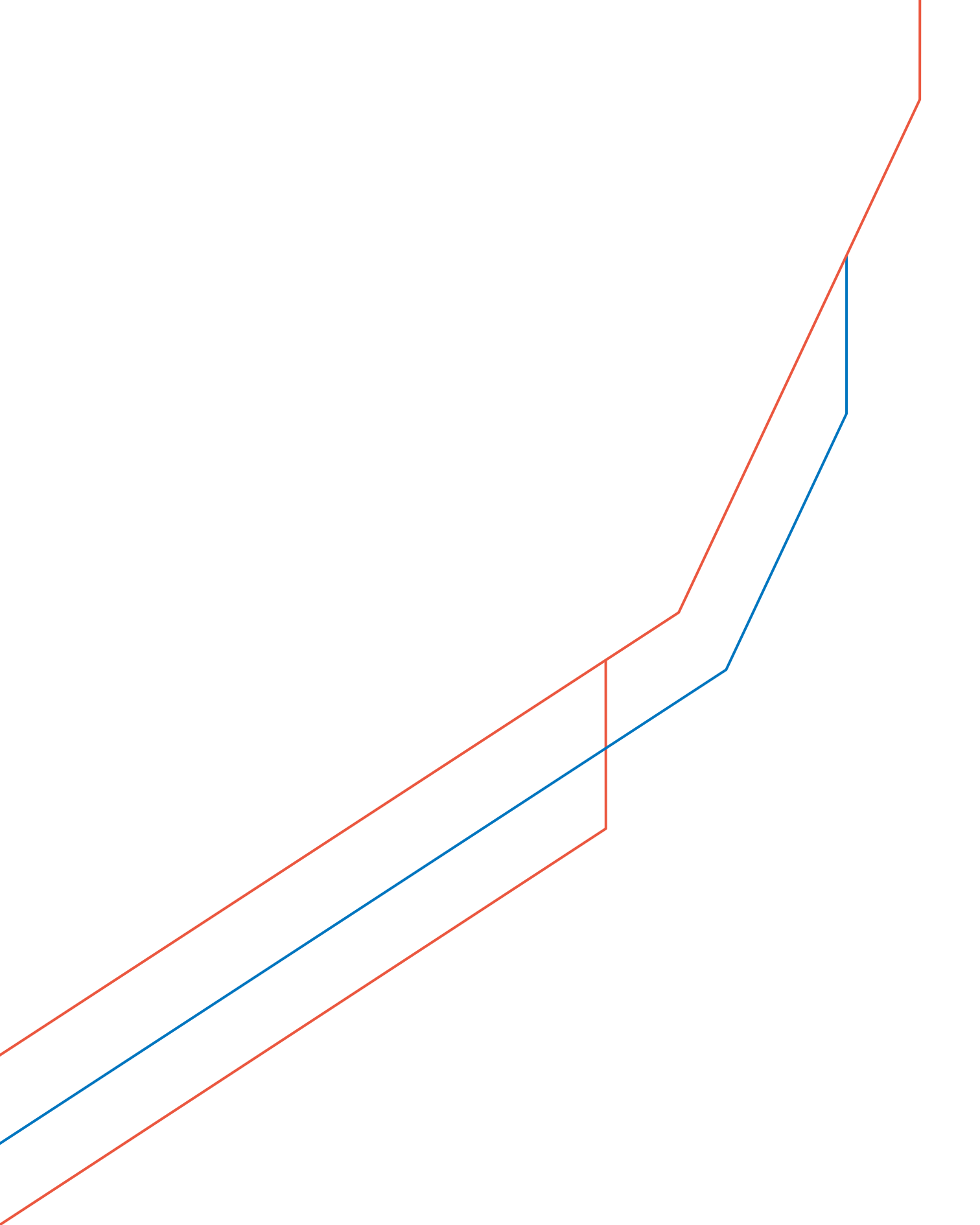
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 65

- » Mesa Diretora
- » Deputados Estaduais

LISTA DE COLABORADORES 66

- » Sindicatos Filiados
- » Conselhos Temáticos

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA 75



APRESENTAÇÃO

De um lado, uma crise que afeta o poder aquisitivo das famílias e empresas, restringindo, consequentemente, o consumo e a capacidade de investimento; de outro, uma economia cerceada por uma das maiores cargas tributárias do mundo e por uma das legislações trabalhistas mais protecionistas. Neste cenário, a FIEB atua na defesa dos interesses da indústria baiana, com ações destinadas a atenuar os impactos desta conjuntura e a criar um ambiente de negócios sustentável.

No espaço regulatório, essa atuação consiste em munir os poderes Executivo e Legislativo de informações técnicas e relacionadas à realidade vivida pela indústria baiana em cada um dos seus segmentos, apoiando projetos e apresentando soluções que ajudem a fortalecer a competitividade das empresas baianas. Essa é uma atividade nobre, na medida em que seu sucesso estimula a criação de novas oportunidades de mercado e de empregos, beneficiando, assim, toda a sociedade.

A Agenda Legislativa da Indústria do Estado da Bahia 2017 é uma das vertentes dessa atuação, por meio da qual é apresentado o posicionamento do setor industrial referente a Projetos de Leis em tramitação na Assembleia Legislativa da Bahia e que impactam o setor industrial, envolvendo questões relacionadas às áreas tributária, econômica, social, trabalhista, de política urbana, de infraestrutura e meio ambiente.

Dos 36 projetos monitorados elencados nesta edição, 44% contam com o posicionamento convergente da FIEB, o que significa um avan-

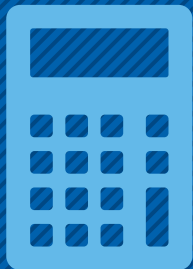
ço, considerando o percentual de convergência da edição anterior desta Agenda Legislativa (28%). Esse resultado demonstra o amadurecimento de um relacionamento institucional que a FIEB vem construindo com os legisladores estaduais, baseado no melhor entendimento da realidade industrial por quem elabora as leis em nosso Estado.

Dentre as matérias tratadas, destaca-se o Projeto de Lei que institui o Código de Defesa do Contribuinte, pois visa garantir segurança jurídica nas relações entre o Fisco Estadual e o contribuinte, e facilitar o cumprimento das obrigações tributárias por ambas as partes, diminuindo, assim, o número de processos nos âmbitos administrativo e judicial.

Outro importante projeto é o que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às empresas instaladas na Bahia para financiar projetos ambientais. Trata-se de uma proposta louvável, na medida em que incentiva a proteção ao meio ambiente e promove também a desoneração tributária para o setor empresarial, tão sobrecarregado com a alta carga de impostos do país.

Com a Agenda Legislativa da Indústria do Estado da Bahia 2017, a FIEB sinaliza a importância de proposições que acelerem a produtividade das empresas, gerem mais emprego e estimulem a competitividade, ao tempo em que aponta iniciativas que, se aprovadas, podem ferir a Constituição e a Legislação Federal, bem como comprometer o desenvolvimento da indústria baiana.

Antonio Ricardo Alvarez Alban
Presidente da FIEB



TRIBUTÁRIO E ECONÔMICO

1. Projeto de Lei Complementar nº 127/2017, de autoria do deputado Nelson Leal (PSL), que institui o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte do Estado da Bahia.

O QUE É:

O presente Projeto de Lei Complementar trata de normas gerais de Direito Tributário, em caráter supletivo às já editadas pelo Poder Legislativo Federal, preenchendo as atuais lacunas normativas que têm provocado discussões e intermináveis divergências entre a Administração Fazendária e os contribuintes.

TRAMITAÇÃO:

O referido projeto legislativo encontra-se na Secretaria Geral da Mesa.

POSIÇÃO: CONVERGENTE



Trata-se de um tema de extrema relevância, pois visa garantir segurança jurídica nas relações entre o Fisco Estadual e os contribuintes, fortalecendo a relação entre esses atores e facilitando o cumprimento das obrigações tributárias por ambas as partes.

A relação obrigacional tributária, em razão do seu alcance na esfera patrimonial das pessoas físicas e jurídicas, deve sempre ser balizada nos princípios constitucionais, gerais e tributários. Contudo a complexidade do sistema tributário e a dinamicidade com que são alteradas as suas normas, especialmente na esfera de competência estadual, dão lugar a certas impropriedades que, por vezes, trazem prejuízos irreversíveis aos contribuintes.

O aperfeiçoamento da legislação tributária, com a edição de um diploma estadual contendo diretrizes e regras de condutas a ser seguidas tanto pelo contribuinte quanto pelo fisco, se mostra valioso para evitar abusos por am-

bas as partes, sendo essencial à estabilidade das relações jurídico-tributárias, estimulando e favorecendo o cumprimento voluntário das obrigações tributárias e a atração de novos investimentos, o que promove o crescimento da economia e a consequente geração de emprego e renda.

Neste esteio, o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte do Estado da Bahia, ao estabelecer, precipuamente, normas de conduta para o contribuinte, aí se incluindo os seus direitos e obrigações, visa, essencialmente, ao bom relacionamento, pautado no respeito mútuo entre esses e a Administração Tributária do Estado da Bahia.

É neste contexto que se faz imprescindível o apoio à aprovação do presente Projeto de Lei que institui o Código Estadual de Defesa do Contribuinte, pautado no exercício da competência outorgada pelo artigo 24, inciso I, § 2º, da Constituição Federal aos Estados, para a edição de normas gerais de Direito Tributário em caráter suplementar à competência da União.

Seguramente, este instrumento trará diversos ganhos não apenas para todos os contribuintes do Estado, mas, também, para o Fisco Estadual, que contará com um importante instrumento para guiar suas condutas, diminuindo, inclusive, o número de ações nos âmbitos administrativo e judicial.

2. Projeto de Lei nº 16.248/2007, de autoria do deputado Euclides Fernandes (PDT), que dispõe sobre o comércio ilegal de madeiras no Estado da Bahia, e dá providências.



O QUE É:

O Projeto de Lei nº 16.248, de 24 de maio de 2007, dispõe que os estabelecimentos comerciais e industriais que venderem ou utilizarem madeira extraída ilegalmente das florestas brasileiras terão imediatamente cancelados os seus cadastros como pessoa jurídica pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ/BA).

TRAMITAÇÃO:

O referido projeto legislativo encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer contrário do relator, o deputado Pablo Barrozo (DEM).

POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA



Em que pese a boa intenção do nobre parlamentar de coibir a comercialização de madeira extraída ilegalmente, tem-se que a referida proposição apresenta alguns impeditivos à sua aprovação, bem como à sua efetiva aplicabilidade.

Inicialmente, é preciso lembrar que o controle da extração de madeira, inclusive oriunda de florestas nativas, já está devidamente regulado na legislação nacional, pelo Código Florestal, e na esfera estadual, pela Política Estadual de Meio Ambiente e pelo Regulamento da Gestão Florestal e Demais Formas de Vegetação, do Estado da Bahia. De acordo com as referidas normas, a extração de madeira depende de licenciamento por órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) após a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável, o que mostra que desde o início da exploração da referida atividade econômica o empresário é acompanhado e fiscalizado de perto pelo Poder Público.

Ademais, o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (SINAFLO), plataforma instituída pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), atendendo ao que determina o Código Florestal, presta-se a integrar o controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais, sob coordenação, fiscalização e regulamentação desse órgão, devendo as atividades florestais, empreendimentos de base florestal e processos correlatos sujeitos ao controle por parte dos órgãos do SISNAMA ser efetuados por meio desse sistema, ou por sistemas estaduais e federais nele integrados. O SISNAMA vem sendo implantado de forma gradual e possibilitará o controle de todo o processo da origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais, além de rastrear desde a autorização de exploração até o transporte, armazenamento, industrialização e exportação, com a disponibilização dos dados na internet.

Quanto às sanções, tem-se que a legislação nacional já estabelece penas duras, inclusive de reclusão e detenção para quem, por exemplo, cortar ou transformar em carvão madeira de lei, receber para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, dentre outros itens.

Como se nota, a sistemática de combate à extração ilegal de madeira é detalhada e completa, restando todas as etapas da atividade controladas pelos órgãos competentes, desde a extração até uma simples venda de material no balcão das empresas com a entrega ao adquirente, a quem compete apenas exigir o

Documento de Origem Florestal (DOF) comprobatório da legalidade do produto, sendo irrazoável atribuir ao empresário adquirente/revendedor de madeira a certificação da licitude de todas as etapas da atividade, desde a origem até o material chegar ao seu poder, possibilitando que ele responda por eventual falha dos órgãos de fiscalização da localidade onde a madeira foi extraída ou mesmo por fraudes e/ou problemas no referido sistema. Mostram-se, portanto, impassíveis de cumprimento as exigências constantes do PL.

O PL ainda viola os princípios constitucionais da razoabilidade, proporcionalidade, devido

processo legal, contraditório e ampla defesa, tendo em vista que prevê o imediato cancelamento do cadastro da pessoa jurídica pela SEFAZ/BA, sem que haja, ao menos, a decisão final no devido processo administrativo e a oportunidade do exercício do direito de defesa.

Por fim, a proibição de que o sócio gerente e os cotistas das referidas empresas supostamente infradoras constituam qualquer outro empreendimento até a apuração dos fatos poderá causar prejuízos irreversíveis à continuidade da atividade econômica.

3. Projeto de Lei nº 19.123/2011, de autoria do deputado Mário Negromonte Júnior (PP), que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado da Bahia, e dá outras providências.

O QUE É:

O Projeto de Lei nº 19.123, de 19 de abril de 2011, tem por objeto instituir o Programa Nota Fiscal Baiana, visando incentivar os adquirentes de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual e intermunicipal a exigirem do fornecedor a entrega do documento fiscal respectivo, em troca de créditos do Tesouro do Estado.

TRAMITAÇÃO:

O referido projeto de lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Roberto Carlos (PDT).

POSIÇÃO: CONVERGENTE



Dentre os benefícios do programa para os contribuintes, destacam-se a maior isonomia e a justiça fiscal, com a diminuição da concorrência desleal e o fortalecimento do combate à pirataria de produtos.

Já para os consumidores destacam-se como benefícios a possibilidade de recebimento de créditos decorrentes do valor recolhido a título de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), proporcional ao valor da sua nota fiscal, os quais poderão ser utilizados de diversas formas, bem como a participação em sorteios e o fortalecimento do exercício da cidadania, contribuindo, ainda, para a redução da sonegação fiscal.

Todos estes aspectos são importantes para o setor produtivo como um todo, incentivando os processos de produção, a distribuição de bens e serviços e garantindo benefícios de grande relevo para o atual cenário das relações de consumo, seja para os comerciantes, seja para os próprios consumidores. Além disso, o referido Projeto de Lei não impõe qualquer aumento de carga tributária.

4. O Projeto de Lei nº 20.215/2013, de autoria do deputado Tom Araújo (DEM), assegura ao consumidor o direito de saber, antes, durante, e depois da negociação, o valor dos impostos embutidos no preço do produto ou serviço.



O QUE É:

O Projeto de Lei nº 20.215, de 10 de abril de 2013, tem por objeto tornar obrigatório que o consumidor seja informado antes, durante e depois da negociação sobre o valor dos impostos embutidos no preço do produto ou serviço.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Luciano Ribeiro (DEM).

POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA



Em que pese a boa intenção do legislador estadual ao elaborar a proposição em comento, a qual objetiva assegurar ao consumidor o direito de ser informado sobre os impostos inseridos em suas compras, a matéria tratada está, na forma do disposto na Constituição Federal, adstrita ao ramo do Direito Comercial, sendo, portanto, de competência legislativa privativa da União, o que torna o referido projeto de lei inconstitucional.

A Lei Nacional nº 12.741/2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, traz a exigência de demonstração

nos documentos fiscais ou equivalentes da informação do valor dos tributos incidentes na mercadoria e que influam nos seus preços, contudo esse valor pode ser aproximado, enquanto que o PL traz uma obrigação mais restritiva, sem a possibilidade de aproximação, o que dificulta a tarefa de identificar o percentual incidente de cada um deles e torna o cumprimento dessa nova obrigação excessivamente difícil e custoso.

O PL também extrapola a competência estadual de apenas suplementar as normas gerais editadas pela União, ao criar regra geral consistente em nova responsabilidade por perdas e danos no caso de cancelamento ou desistência do consumidor, sem, ao menos, delinear de forma precisa o seu conceito e alcance, gerando insegurança jurídica e a vulnerabilidade do empresário diante das possíveis interpretações dos órgãos competentes.

Por fim, exíguo o prazo de 30 (trinta) dias da publicação da norma para o início de sua vigência, pois é insuficiente para as empresas se adequarem ao cumprimento das determinações ali constantes.

5. O Projeto de Lei nº 20.233/2013, de autoria do deputado Sandro Régis (DEM), dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para financiamento de projetos ambientais, e dá outras providências.

O QUE É:

O Projeto de Lei nº 20.233, de 18 de abril de 2013, tem por objetivo a concessão de benefícios fiscais para empresas situadas no Estado da Bahia e que financiem projetos ambientais.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer contrário do relator, o deputado Róbério Oliveira (PSD).

POSIÇÃO: CONVERGENTE



A proposição concede abatimentos do ICMS às empresas instaladas no Estado que apoiarem financeiramente projetos ambientais aprovados pela Secretaria de Meio Ambiente.

Trata-se de uma proposta louvável, na medida em que incentiva a proteção ao meio ambiente e promove a desoneração tributária para o segmento empresarial, já tão sobrecarregado com a alta carga fiscal do país.

6. O Projeto de Lei nº 21.160/2015, de autoria do deputado Bobô (PCdoB), obriga as empresas e indústrias instaladas no Estado da Bahia, com qualquer tipo de isenção fiscal, a contribuir com programas relacionados ao esporte amador, olímpico, paralímpico e programas de cultura.

O QUE É:

O Projeto de Lei nº 21.160, de 9 de abril de 2015, tem por objetivo tornar obrigatória às empresas e indústrias instaladas no Estado da Bahia, com qualquer tipo de isenção fiscal, a contribuição equivalente a, no mínimo, 10% da verba orçamentária destinada ao marketing da empresa ou indústria para o Programa Faz Atleta e 10% para o Programa Faz Cultura.

Para tanto, obriga que a empresa ou indústria preste, semestralmente, relatórios orçamentários referentes aos gastos com marketing por período, bem como o relatório da contribuição com os referidos fundos.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, tendo recebido parecer favorável do relator, o deputado Robinho (PP), e pedido de vistas da deputada Maria Del Carmen (PT).

POSIÇÃO: DIVERGENTE



Em que pese a nobre intenção contida na proposição parlamentar, no sentido de incentivar o apoio ao esporte e à cultura do Estado, cumpre esclarecer que o PL, ao exigir contribuições financeiras a programas

fiscais, por empresas beneficiárias de isenção fiscal, acaba por tratar de matéria tributária, cuja iniciativa legislativa compete ao Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Estadual, razão pela qual poderá ser questionada a sua constitucionalidade.

Ademais, há de se ressaltar que o PL dispõe que estarão sujeitas às suas regras todas as empresas e indústrias que sejam beneficiárias de qualquer tipo de isenção fiscal, o que abrangia, também, isenções de tributos federais e municipais e implicaria na usurpação da iniciativa da União e dos municípios de legislar sobre os tributos de sua competência.

Há de se observar que, enquanto as Leis Estaduais nº 7.015/1996 (Programa Faz Cultura) e 7.539/1999 (Programa Faz Atleta) proporcionam o abatimento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para empresas que queiram apoiar financeiramente projetos culturais e de esporte amador, o PL em questão quer tornar esse investimento obrigatório para as empresas beneficiadas com alguma isenção fiscal. Nesse sentido, tal exigência poderá representar uma redução

significativa ou até mesmo a anulação da isenção fiscal de que a empresa é beneficiária, na medida em que a mesma estará obrigada a contribuir para cada um dos programas citados, no mínimo, 10% de sua verba destinada ao marketing.

Vale esclarecer que o PL em questão propõe tal exigência somente para as empresas situadas no Estado da Bahia, o que poderá promover a fuga de empreendimentos aqui estabelecidos, além de causar restrição à atração de investimentos, na medida em que novos empreendimentos poderiam deixar de se instalar no Estado em razão de uma obrigação que não existe em outros entes da Federação.

Observe-se, ainda, que o PL estabelece a obrigatoriedade de que a empresa apresente relatórios orçamentários semestrais relativos aos gastos com marketing, instituindo uma multa equivalente a duas vezes o valor da contribuição em caso de não apresentação desses relatórios dentro do prazo, o que representa uma sanção demasiadamente gravosa para uma empresa que já contribuirá obrigatoriamente para programas facultativos.

7. O Projeto de Lei nº 21.408/2015, de autoria do deputado Fábio Souto (DEM), dispõe sobre a rotulagem e informação de alimentos com alto teor de açúcar, sódio, gorduras trans e saturadas comercializados no Estado da Bahia.



O QUE É:

O Projeto de Lei nº 21.408, de 11 de agosto de 2015, estabelece que, na comercialização de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional, comercializados no Estado da Bahia, é obrigatória a presença de informação adequada, ostensiva, correta, clara, precisa, em língua por-

tuguesa e de fácil visualização e identificação para os consumidores sobre os perigos do consumo excessivo desses nutrientes.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer contrário do relator, o deputado Luciano Ribeiro (DEM).

POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA



Apesar da nobre intenção do legislador, objetivando proteger o consumidor em face de substâncias que, em níveis acima do permitido, venham a prejudicar a sua saúde e qualidade de vida, há de se observar que o PL apresenta inconsistências que inviabilizam a sua efetividade.

Ao pretender impor condições à comercialização de produtos, estabelecendo novas obrigações aos fabricantes de alimentos, o PL acaba por tratar de matéria relativa aos ramos do Direito Civil e Comercial, cuja competência legislativa privativa é da União, conforme dispõe o art. 22, inciso I da Constituição Federal.

Observe-se, também, que, caso a matéria do PL seja interpretada como pertinente a “produção e consumo” — cuja competência legislativa é concorrente entre a União, Estados e o Distrito Federal, conforme a CF/88 —, o exercício da competência concorrente dos Estados, seja ela exercida de maneira supletiva ou complementar, somente seria possível naquelas especiais situações em que fosse existente o seu específico interesse, por força de uma peculiaridade regional, o que não parece evidenciado no caso.

Ademais, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) já disciplina o tema em questão — características e qualidades dos produtos comercializados —, não trazendo a exigência da informação sobre os perigos do consumo excessivo

de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de bebidas com baixo teor nutricional. Na verdade, o CDC apenas obriga que a indicação das informações relativas aos produtos comercializados seja efetuada de maneira clara, precisa, ostensiva e em língua portuguesa.

Esclareça-se, ainda, que a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nº 259, de 20 de setembro de 2002, que aprovou o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados, estabelece todas as informações que devem constar, obrigatoriamente, nos rótulos de tais produtos e não traz a exigência constante da proposição.

Cumpra-se observar que a exigência trazida pelo PL, somente para o Estado da Bahia, acabaria por afetar toda a cadeia produtiva, comprometendo a competitividade dos produtos baianos em relação aos de outros Estados da Federação e até mesmo de outros países, que não estariam sujeitos a tal exigência, além de prejudicar a economia local e a atração de investimentos, o que atenta contra o Princípio Constitucional da Livre Concorrência.

Observe-se que o setor de alimentos é um importante gerador de emprego e renda, sendo responsável, também, por parcela significativa da arrecadação de impostos do Estado.

8. O Projeto de Lei nº 22.190/2017, de autoria do governador Rui Costa (PT), autoriza o não ajuizamento de execuções fiscais de pequeno valor e a desistência de execuções fiscais nas hipóteses que determina, e dá outras providências.



O QUE É:

O PL autoriza o não ajuizamento pelo Estado (Procuradoria Geral do Estado - PGE) de execuções fiscais de pequeno valor, bem como a desistência de execuções fiscais para a cobrança de créditos tributários cujo valor total consolidado por sujeito passivo não exceda R\$ 20.000,00.

A dispensa de ajuizamento de execução fiscal não autoriza a emissão de Certidão Negativa de Débito (CND) e não afasta a obrigatoriedade da PGE de promover medidas extrajudiciais de cobrança dos créditos tributários, inclusive o protesto do título e a inscrição em cadastro de inadimplentes.

O procurador do Estado poderá, se verificado o interesse público, ajuizar a execução fiscal de débito cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00.

Nas execuções fiscais já ajuizadas com o mesmo limite de R\$ 20.000,00, poderá o procurador do Estado requerer a sua suspensão, sem baixa na distribuição, desde que não conste dos autos a garantia de sua satisfação, integral ou parcial. Suspensa a execução fiscal, o crédito tributário será atualizado e submetido a medidas extrajudiciais de cobrança, enquanto não decorrido o prazo prescricional.

Em algumas hipóteses, como nas ações ajuizadas há mais de cinco (5) anos sem citação ou garantia do juízo, desde que esgotados todos os meios de localização do devedor, correspondentes e bens para a satisfação do crédito, ficam os procuradores do Estado autorizados a desistir de ações de execução fiscal, sem renúncia ao crédito tributário.

TRAMITAÇÃO:

O referido projeto de lei foi encaminhado ao Plenário.

POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA



O PL visa à eficiência tributária e administrativa, haja vista que as execuções fiscais de pequeno valor tendem a custar ao Estado mais para ser processadas e julgadas do que o próprio crédito exequendo, mostrando-se como excelente política de otimização dos gastos públicos e desobstrução da máquina judiciária. Contudo comporta alguns aperfeiçoamentos, de modo a beneficiar não apenas o Estado, mas também toda a sociedade.

Mesmo que não ajuizada a execução fiscal do crédito tributário de pequeno valor, fica preservada a correção, bem como a possibilidade de cobrança extrajudicial, como a inscrição em dívida ativa e o protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA), restando prejudicada, portanto, a expedição de Certidão Negativa de Débitos (CND). Contudo entendemos que, ao menos com relação aos débitos de um mesmo devedor no valor consolidado igual ou inferior a R\$ 1.000,00, o PL deveria dispensar a inscrição na dívida ativa, à luz do que já ocorre com os débitos federais.

Outro ponto que merece reforma é o §4º do artigo 1º do PL, que concede exacerbada discricionariedade ao Estado para propor execuções fiscais em valores inferiores a R\$ 20.000,00, no caso de interesse público. Tem-se aqui a indefinição de quando essa situação poderá se implementar, dando margem à pessoalidade na motivação dos atos administrativos, o que

é vedado aos gestores públicos e servidores públicos. Ademais, o interesse público buscado pelo projeto está aqui consubstanciado na dispensa da execução de valores de pequena monta em benefício dos princípios da eficiência administrativa e da economicidade.

Por fim, deveria constar a obrigatoriedade de informação ao contribuinte de que, apesar do não ajuizamento da ação, o débito continuará sendo corrigido monetariamente, para evitar surpresas com o aumento desproporcional da dívida e a impossibilidade de sua quitação.

Obs.: O presente posicionamento foi elaborado com a colaboração da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (FECOMÉRCIO/BA).



SOCIAL E TRABALHISTA

9. O Projeto de Lei nº 21.146/2015, de autoria do deputado Alex da Piatã (PSD), institui o selo Empresa Incentivadora do Primeiro Emprego, no âmbito do Estado da Bahia, conforme programa criado pela Lei Estadual nº 8.578/03.

O QUE É:

O Projeto de Lei nº 21.146, de 2 de abril de 2015, tem por objetivo instituir o Selo Empresa Incentivadora do Primeiro Emprego, a ser concedido à pessoa jurídica que disponibilizar 20% (vinte por cento) de suas vagas funcionais à contratação de jovens entre 18 e 25 anos, por um período mínimo de doze (12) meses, de acordo com o disposto na Lei Estadual nº 8.578/03, que instituiu o Programa Primeiro Emprego, no âmbito do Estado da Bahia.

TRAMITAÇÃO:

O referido projeto de lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer favorável do relator, o deputado Robério Oliveira (PSD).

POSIÇÃO: CONVERGENTE



A proposição busca reforçar o já existente Programa Primeiro Emprego (criado pela Lei Estadual nº 8.578/03) através da criação de um selo para as empresas que aderirem ao referido programa de incentivo à contratação de jovens que nunca tenham sido formalmente empregados. De acordo com o PL, a pessoa jurídica agraciada com o selo poderá utilizá-lo na divulgação de seus produtos e serviços.

Cumpre esclarecer que a Lei Estadual nº 8.578/03 concede, como incentivo para a geração de novos postos de trabalho, a dedução, no ICMS a recolher, do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por novo posto de trabalho gerado e ocupado por empregado contratado na faixa etária de 18 a 24 anos, que nunca tenha sido formalmente empregado e que seja encaminhado pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE). Ademais, a referida norma estabelece alguns requisitos para a adesão das pessoas jurídicas ao citado programa: a empresa precisa ser contribuinte inscrita no Cadastro do Contribuinte do ICMS – CAD/ICMS há, pelo menos, um ano e deverá ter receita de vendas nos 12 meses anteriores ao requerimento de até R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), excluídas as transferências entre estabelecimentos da mesma empresa.

Portanto, trata-se de uma nobre iniciativa parlamentar que visa promover o ingresso de jovens no mercado formal de trabalho através de um instrumento (selo) que dará publicidade positiva aos produtos e serviços das pessoas jurídicas que, de forma facultativa, queiram aderir ao Programa Primeiro Emprego do Estado da Bahia.

10. O Projeto de Lei nº 22.003/2016, de autoria do deputado Aderbal Fulco Caldas (PP), cria o Programa Empresa Amiga da Educação no Estado da Bahia, com o objetivo de motivar os empresários a se tornarem colaboradores das escolas públicas e participarem do processo de melhoria da qualidade de ensino.



O QUE É:

A proposição estadual cria o Programa Empresa Amiga da Educação com o objetivo de motivar os empresários a se tornarem colaboradores das escolas públicas e participarem do processo de melhoria da qualidade de ensino, bem como promover o bem-estar dos estudantes ajudando a manter o espaço físico em condições adequadas de funcionalidade.

A participação dos empresários se dará pela doação de materiais para a realização de obras de manutenção, conservação, reforma ou ampliação dos prédios escolares, entre outras ações que contribuam para melhorar o nível do ensino nas escolas da rede estadual.

As empresas que aderirem ao programa receberão um selo denominado “Empresa Amiga da Educação” e poderão divulgar suas ações com fins promocionais e publicitários.

A criação do selo será de responsabilidade da Assessoria de Comunicação da Secretaria da Educação.

TRAMITAÇÃO:

O referido projeto de lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Zé Raimundo (PT).

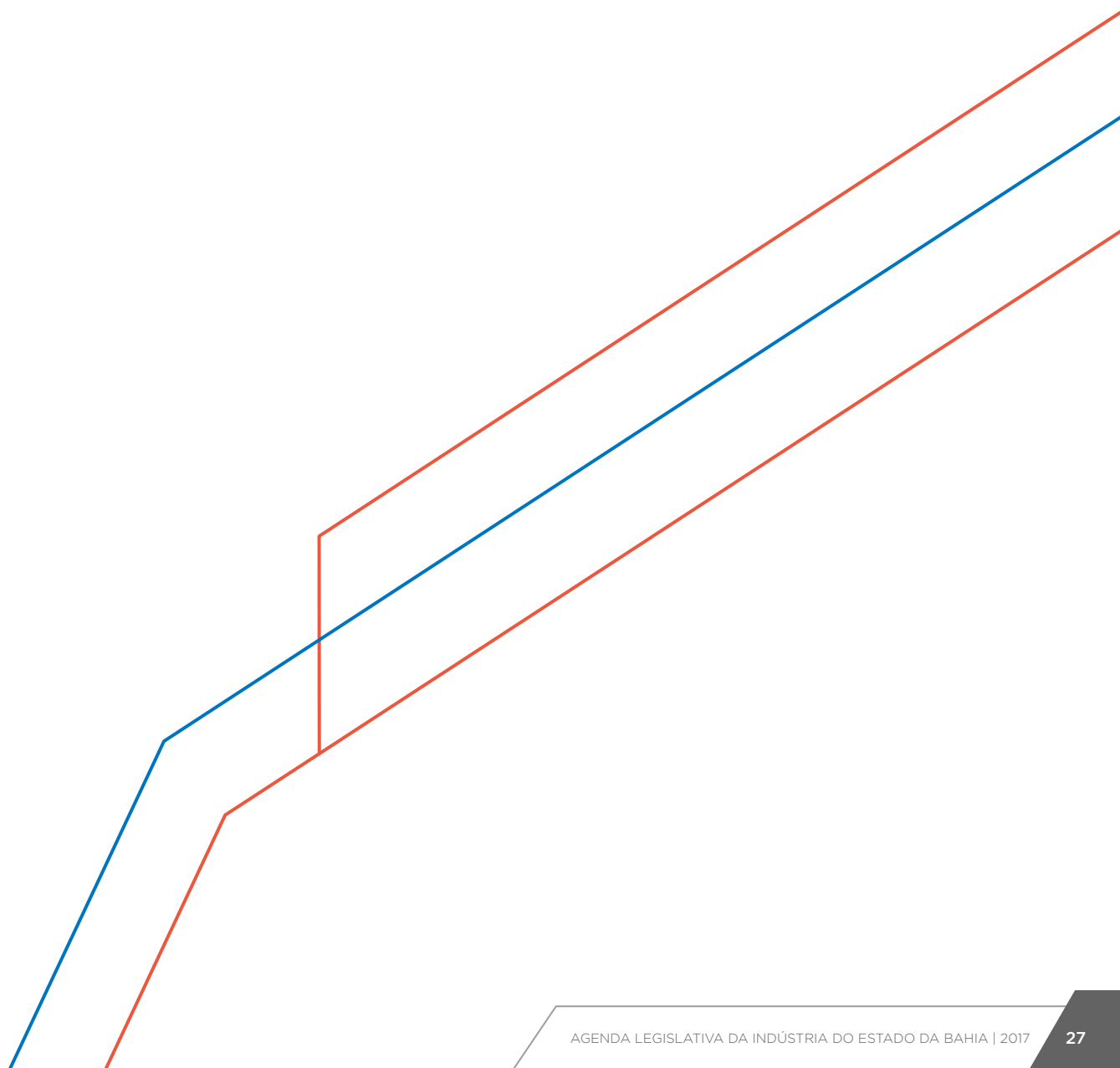
POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVAS



A iniciativa é louvável e merece ser levada adiante com a aprovação do presente PL, pois conseguiu unir, de forma harmoniosa e eficaz, o interesse social e o interesse privado.

Direta ou indiretamente, todos poderão ser beneficiados. Por um lado os estudantes e toda a sociedade, pois melhores estruturas e uma maior comodidade são elementos essenciais e indispensáveis à boa formação do futuro cidadão, por outro, os empresários que, além de melhorarem a imagem de sua empresa, estarão, sem dúvida, agregando valor aos seus produtos, sem se falar na economia com publicidade e propaganda, já que a adesão ao programa permite que se beneficiem da ligação do selo à sua marca sem contrapartida financeira direta, muitas vezes, suprimindo a necessidade de novas propagandas, pelas quais, normalmente, paga-se muito caro.

Sugere-se, contudo, a criação de um pequeno comitê com participantes do Poder Público e do setor empresarial, para realizar o acompanhamento de tal programa e da aplicação dos itens doados e, no caso de interferências estruturais nos prédios escolares, avaliar a pertinência e adequação das mesmas, referendando a sua realização e evitando os desvios do objetivo.





POLÍTICA URBANA, INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

11. O Projeto de Lei nº 20.597/2013, de autoria do deputado Pedro Tavares (PMDB), dispõe a obrigatoriedade de distinção dos produtos orgânicos quando da sua venda pelos estabelecimentos comerciais, no âmbito do Estado da Bahia, e dá providências.



O QUE É:

O PL obriga os estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, como supermercados, mercearias, padarias e congêneres, que vendam produtos orgânicos a reservarem local exclusivo e identificado com os dizeres "Produto Orgânico – sem Agrotóxico" para a sua exposição.

Concede o prazo de noventa (90) dias para as empresas se adequarem às suas exigências.

TRAMITAÇÃO:

O referido projeto de lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Antônio Henrique Júnior (PP).

POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA



O Projeto de Lei, ao pretender impor condições à comercialização de produtos, estabelecendo obrigações ao vendedor, acaba por invadir a competência constitucional da União de legislar sobre o Direito Civil e Comercial, conforme dispõe a CF/88.

Além disso, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), que disciplina as regras de indicação das características e qualidades dos produtos comercializados, não traz a obrigação de que os produtos de origem orgânica sejam expostos em local específico e identificado, conforme determina o PL. Ao contrário, exige,

apenas, que a indicação das informações relativas aos produtos comercializados seja efetuada de maneira clara, precisa, ostensiva e em língua portuguesa.

Ressalte-se que, caso a matéria do PL seja interpretada como pertinente à "produção e consumo" — cuja competência legislativa é concorrente entre a União, Estados e o Distrito Federal, conforme disposto na Constituição Federal —, o exercício da competência concorrente dos Estados, seja ela exercida de maneira supletiva ou complementar, somente seria possível naquelas especiais situações em que existe o seu específico interesse, por força de uma peculiaridade regional, ou para suplementar as normas gerais sobre o tema, o que não parece evidenciado no caso.

Observe-se, ainda, que o prazo de noventa (90) dias estabelecido na proposição, para a adequação das empresas às suas disposições, é exíguo, o que poderá levar grande número de empresas à irregularidade, com as consequências decorrentes dessa posição.

Por sua vez, no que se refere às sanções, o PL se mostra genérico, na medida em que não explicita quais penalidades serão aplicadas especificamente, fazendo mera remissão ao CDC, o que acaba por inviabilizar a sua aplicabilidade.

12. O Projeto de Lei nº 20.055/2012, de autoria do deputado Pedro Tavares (PMDB), regulamenta o dever de reciclagem de aparelhos eletrônicos pelos seus fabricantes, quando em desuso, no território do Estado da Bahia, e dá outras providências.



O QUE É:

O Projeto de Lei nº 20.055, de 26 de novembro de 2012, tem por objeto obrigar os fabricantes de aparelhos eletrônicos, independentemente do Estado de origem de fabricação, a promoverem a reciclagem dos equipamentos comercializados na Bahia que estejam fora de uso.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Alan Castro (PSL).

POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA



A correta disposição de resíduos tecnológicos e a utilização de reciclagem e logística reversa são aspectos de fundamental importância para o desenvolvimento do setor produtivo e da própria sustentabilidade decorrente das interações humanas no âmbito industrial.

Observa-se que, tanto a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) quanto a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), no tocante à gestão integrada dos resíduos sólidos, referem-se a resíduos eletroeletrônicos como sendo passíveis de implementação de sistema de logística reversa, mediante o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza e envolvendo fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.

Contudo ambas as políticas preveem que, para resíduos de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, assim como produtos eletroeletrônicos e seus componen-

tes, a implementação do sistema está condicionada ao cronograma estabelecido pela legislação federal.

As referidas normas gerais se consubstanciam como construções legislativas abrangentes, mormente no que pertine ao instrumento da reciclagem, mas, ao mesmo tempo, revelam-se bem específicas em relação a itens de gestão e aplicação do referido instrumento ambiental. A propositura sob análise, entretanto, não logrou suplementar as referidas Políticas de Resíduos, tendo, inclusive, contrariado ditas normas ao instituir sanções e prazos de cumprimento diversos dos ali previstos, o que denota um conflito legislativo não permitido pelo nosso ordenamento jurídico.

Paralelamente, o referido PL não menciona as demais prioridades contidas no inciso I do artigo 8º da PERS que promovem o correto gerenciamento de resíduos sólidos e, consequentemente, o incentivo ao desenvolvimento de sistema de gestão ambiental e empresarial, voltados para processos produtivos e para o reaproveitamento dos resíduos.

Observe-se, também, que ainda não existe um acordo setorial específico para os resíduos eletroeletrônicos e seus componentes. Nesse sentido, a elaboração de leis estaduais antes do advento do respectivo acordo setorial traria insegurança jurídica e prejuízos para as empresas, desde quando os investimentos feitos para a adequação às novas normas podem se tornar inócuos diante da obrigatoriedade de adaptação às regras supervenientes, gerando a necessidade de novos gastos.

13. O Projeto de Lei nº 20.161/2013, de autoria do deputado Euclides Fernandes (PDT), dispõe sobre a restrição de realização de obras de duplicação, de recapeamento asfáltico, de saneamento e de infraestrutura, nas rodovias e estradas vicinais sob a administração pública e da iniciativa privada em períodos coincidentes com férias ou feriados prolongados, no âmbito do Estado da Bahia.



O QUE É:

O Projeto de Lei nº 20.161, de 25 de fevereiro de 2013, tem por objeto dispor sobre a restrição de realização de obras de duplicação, de recapeamento asfáltico, de saneamento e de infraestrutura, nas rodovias e estradas vicinais sob a administração pública e da iniciativa privada em períodos coincidentes com férias ou feriados prolongados, no âmbito do Estado da Bahia.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer favorável com emendas do relator, o deputado Zé Raimundo (PT).

POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA



Em que pese a nobre intenção do legislador, que é a de evitar congestionamentos nas estradas em períodos de grande movimento, sobretudo no que concer-

ne aos feriados prolongados, verifica-se que a proibição no período de férias escolares atenta contra o princípio da eficiência administrativa, tendo em vista que os três meses, em média, de recesso escolar sem a realização de obras poderiam inviabilizar a rápida e efetiva conservação das rodovias e estradas estaduais.

Ademais, a proposição em comento se mostra inconstitucional por vício formal de iniciativa, na medida em que, ao estabelecer restrições à realização de obras nas rodovias e estradas vicinais administradas pelo Poder Público ou pela iniciativa privada, acaba por incidir em tema de iniciativa legislativa do Poder Executivo, a quem compete os atos materiais de planejamento e gestão correlatos, nos termos da Constituição Estadual.

14. O Projeto de Lei nº 20.429/2013, de autoria do deputado Bruno Reis (PMDB), dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Cultivo e ao Manejo Sustentado do Bambu.

O QUE É:

O Projeto de Lei nº 20.429, de 4 de setembro de 2013, tem por objetivo dispor sobre a Política Estadual de Incentivo ao Cultivo e ao Manejo Sustentado do Bambu.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer contrário do relator, o deputado Luciano Ribeiro (DEM).

POSIÇÃO: CONVERGENTE



A Política Estadual de Incentivo ao Cultivo e ao Manejo Sustentado do Bambu trazida na propositura situa-se no âmbito da competência concorrente reconhecida aos Estados para legislar sobre “florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e demais recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”, conforme assegurado na Constituição Federal.

Cumpra esclarecer que a proposição poderá trazer benefícios não apenas para a agroindústria e para o meio ambiente, mas também para a economia do Estado como um todo, através da geração de empregos, do aumento de renda e da arrecadação com impostos. Nesse sentido, as diretrizes e os instrumentos da referida política, enumerados no PL, têm natureza não apenas econômica, mas também reverberam no aspecto socioambiental, enfatizando a questão da sustentabilidade.

15. O Projeto de Lei nº 20.985/2014, de autoria do deputado Rosemberg Pinto (PT), dispõe sobre a proibição de extração, comercialização e uso de amianto no Estado da Bahia.

O QUE É:

O Projeto de Lei proíbe a utilização do amianto sob todas as suas formas. Obriga o responsável de obra cuja execução implique a remoção de material que contenha amianto a apresentar ao Sistema Único de Saúde (SUS) um plano de demolição de obra e de monitoramento da saúde dos trabalhadores, com medidas de proteção à comunidade e aos trabalhadores.

O PL ainda obriga os comerciantes e fabricantes, durante o período de transição, a informar a presença de amianto no seu produto, e, ainda, que a inalação desse mineral pode causar câncer.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Euclides Fernandes (PDT).

POSIÇÃO: DIVERGENTE



Proibir atividades empresariais envolvendo o amianto sob qualquer de suas formas (crisotila e anfíbolos) indiscriminadamente é medida irrazoável e alarmista, que parece ter ganhado corpo junto à opinião pública, impactando diversos setores industriais, sem, no entanto, encontrar amparo legal ou técnico que a sustentem.

O PL apresenta inconstitucionalidade por vício de competência, pois dispõe sobre Direito do Trabalho e Direito Comercial, matérias cuja competência legislativa é privativa da União.

Por outro lado, a legislação federal autoriza a extração, industrialização, utilização e comercialização do amianto da variedade crisotila e regulamenta sua fiscalização com regras severas para a utilização do amianto no processo produtivo, estabelecendo limites de exposição à poeira mineral.

Empregadores e empregados firmaram o Acordo Nacional para o Uso Controlado do Amianto Crisotila, renovado a cada dois (2) anos desde 1989 e depositado no Ministério do Trabalho e Emprego, com garantias aos trabalhadores e limites menores para o uso do amianto do que o previsto na legislação.

No âmbito internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio da Convenção nº 162, reconhece a viabilidade do uso controlado do amianto, fixando parâmetros científicos para a proteção do trabalhador, que foram incorporados na legislação brasileira.

É certo que o uso sem controle do amianto do tipo anfíbio causou adoecimentos e mortes. Contudo, no Brasil, o banimento do anfíbio e a implementação de tecnologias de proteção para o uso controlado do amianto do tipo crisotila mudou drasticamente esse quadro. O setor tornou-se um dos mais vigorosos da economia nacional e uma referência mundial em segurança no trabalho.

Caminhões-pipa são utilizados em todo o processo de extração a céu aberto, a fim de man-

ter o solo úmido para evitar poeira para o trabalhador, o qual já não tem contato com o minério, que é retirado em estado bruto por esteiras fechadas. As fibras são separadas por máquinas até o seu beneficiamento e empacotamento. Também contribuíram para a redução dos índices de adoecimento o treinamento específico para a atividade e a implementação de comissões de fábricas com prerrogativa de suspender a atividade no caso de risco. Portanto, resta claro que a utilização do amianto, atendidas todas as exigências legais e técnicas, é perfeitamente segura.

Impactos econômicos relevantes serão gerados com a proibição do amianto, considerando que o país possui a 3ª maior mina do mundo e exporta 60% da produção, segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração. Trabalhadores perderiam seus empregos, as atividades de diversas empresas baianas seriam inviabilizadas, já que o amianto integra a composição de diversos insumos, e o Estado perderia atratividade econômica para novos investimentos e para as empresas aqui instaladas, sem contar os imensuráveis impactos sociais.

16. O Projeto de Lei nº 21.164/2015, de autoria do deputado Pedro Tavares (PMDB), dispõe sobre o Programa Estadual de Conservação e Uso Racional da Água e Economia de Energia Elétrica em Edificações do Estado da Bahia.

O QUE É:

O Projeto de Lei nº 21.164, de 11 de abril de 2015, tem por objetivo instituir o Programa Estadual de Conservação e Uso Racional da Água e Economia de Energia Elétrica em Edificações, que visa implementar medidas que induzam à conservação, ao uso racional e à utilização de fontes alternativas para a captação de água e o seu reúso nas novas edificações, bem como

a conscientização dos usuários sobre a importância da conservação da água e da economia de energia elétrica.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer favorável do relator, o deputado Sidelvan Nóbrega (PRB).

POSIÇÃO: CONVERGENTE



A proposição busca a implantação de um programa estatal que objetiva, de acordo com a justificativa parlamentar, combater a perda dos recursos hídricos e, consequentemente, otimizar o uso da energia elétrica.

O Brasil, apesar de possuir um elevado potencial hídrico, vem sofrendo com a escassez de água, e tal problema decorre, em grande parcela, do desperdício desse recurso. Além disso, a matriz energética do país é gerada, predominantemente, por hidrelétricas com reservatórios, razão pela qual a escassez de chuvas por longos períodos pode vir a comprometer o regular fornecimento de água e energia.

A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal nº 9.433/1997, e a Política Estadual de Recursos Hídricos da Bahia, instituída pela Lei Estadual nº 11.612/2009, estabelecem, dentre os seus princípios, que a gestão

dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Ademais, ambas as políticas objetivam a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais. Assim, a gestão dos recursos hídricos é compartilhada entre a União, Estados, municípios e a população, sendo todos responsáveis pelo seu uso adequado e sem desperdícios.

Dessa forma, verifica-se a importância das ações e soluções técnicas dispostas na presente proposição, visando evitar o desperdício e promover o uso racional e sustentável da água e da energia elétrica para as novas edificações.

Assim, a presente proposição mostra-se louvável e justa ao permitir que parte das despesas feitas com a adaptação dos imóveis aos seus princípios possa ser convertida em crédito tributário, que poderá ser usado para o pagamento de qualquer tributo estadual.

17. O Projeto de Lei nº 21.216/2015, de autoria do deputado Pedro Tavares (PMDB), dispõe sobre a bonificação de tarifa para o consumidor que economizar água, no âmbito do Estado da Bahia, e dá outras providências.

O QUE É:

O Projeto de Lei nº 21.216, de 7 de maio de 2015, tem por objetivo conceder descontos na fatura de água dos contribuintes cujos imóveis reduzirem o consumo mensal em razão do uso racional da água e em atenção à política de reúso e do aproveitamento da água da chuva.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, tendo rece-

bido parecer contrário do relator, o deputado Pablo Barrozo (DEM).

POSIÇÃO: CONVERGENTE



Trata-se de excelente iniciativa parlamentar que promove o incentivo à adoção de medidas sustentáveis através da concessão de descontos na fatura de água dos imóveis que demonstrarem ter reduzido o consumo de água. Por sua vez, o PL,

ao estimular o consumo consciente da água, mostra-se bastante sintonizado com a atual situação hídrica do Estado, que tem sofrido, por anos repetidos, com o problema da falta de água em seus municípios.

De acordo com o PL, os imóveis que se enquadrarem na proposta terão direito a descontos que variam de 5% a 10% nas contas de água, proposta esta que, além de favorecer a adoção de medidas que evitam o desperdício de água, reduzirá o valor total das faturas da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (EMBASA), em benefício dos contribuintes.

18. O Projeto de Lei nº 21.226/2015, de autoria da deputada Ivana Bastos (PSD), institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e ao Aproveitamento da Energia Solar no Estado da Bahia, e dá outras providências.

O QUE É:

O PL 21.226, de 14 de maio de 2015, institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e ao Aproveitamento da Energia Solar, que tem por objetivo racionalizar o consumo de energia elétrica e estimular a utilização de energias renováveis.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, sob a relatoria do deputado Marcelino Galo (PT).

POSIÇÃO: CONVERGENTE



A energia solar ou fotovoltaica é aquela produzida a partir de luz solar e que pode ser viabilizada até mesmo em dias nublados ou chuvosos. Quanto maior for a radiação solar, maior será a quantidade de

eletricidade produzida. Ademais, no processo de conversão da energia solar são utilizadas células fotovoltaicas (normalmente feitas de silício ou de outro material semicondutor) que, ao receberem a incidência da luz solar, colocam os elétrons do material semicondutor em movimento, gerando eletricidade.

O PL nº 21.226/2015, ao propor uma política de incentivo à utilização de energia solar, vem ao encontro dos ideais de sustentabilidade, tendo em vista se tratar de energia limpa e renovável cuja utilização vem sendo difundida tanto para o desenvolvimento de atividades econômicas como também em condomínios e residências. Como todo bom projeto de política, o referido PL traz os objetivos, as diretrizes e os instrumentos com os quais a mesma poderá ser implementada.

19. O Projeto de Lei nº 21.317/2015, de autoria do deputado Marcelino Galo (PT), estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos nos produtos alimentares produzidos e comercializados no Estado da Bahia.

O QUE É:

O PL obriga que os produtos alimentares produzidos e comercializados no Estado tragam no seu rótulo (quando processados parcialmente ou industrializados) ou nas caixas de acondicionamento ou exposição (quando comercializados na sua forma natural, no atacado ou a granel) a mensagem “produzido com agrotóxico”, quando esse produto tiver sido utilizado em suas formas de apresentação natural, processada parcialmente ou industrializada, bem como quais substâncias químicas compõem o agrotóxico e em quais etapas de produção ele foi utilizado.

A obrigatoriedade é válida para o varejo, atacado e indústria, ficando dispensados os restaurantes e similares. Os empresários e produtores terão o prazo de 12 meses para procederem aos ajustes necessários na cadeia produtiva para o fiel cumprimento desta lei.

Determina que a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia deverá, semestralmente, proceder à colheita de amostras de alimentos produzidos em todas regiões do Estado, em todas as culturas, e encaminhá-las para análise nos laboratórios públicos ou contratados para a verificação da qualidade dos alimentos produzidos na Bahia e da segurança alimentar da população.

Ainda dispõe que a Secretaria de Agricultura, em articulação com a Secretaria da Saúde e a Secretaria de Comunicação, deverá promover campanhas publicitárias sobre os efeitos danosos dos agrotóxicos à saúde da popula-

ção, veiculando imagens aos danos causados à integridade física do cidadão, como forma de reduzir o consumo desses alimentos.

Prevê a aplicação, alternativa ou cumulativamente, das penalidades:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - apreensão de produto;
- IV - inutilização de produto;
- V - interdição de produto;
- VI - suspensão de vendas e/ou fabricação de produto no Estado da Bahia.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Zé Raimundo (PT).

POSIÇÃO: DIVERGENTE



O PL revela-se inconstitucional por vício de competência, pois, ao impor condições à comercialização de produtos, adentra nas searas do Direito Civil e Comercial, cuja competência legislativa é privativa da União. Por outro lado, revela-se inconstitucional por vício de iniciativa, quando trata da organização administrativa da Secretaria Estadual de Agricultura, impondo-lhe novas atribuições que implicarão em aumento de despesas para o órgão (a exemplo da obrigatoriedade de promover campanhas sobre os efeitos dos agrotóxicos ou de colher semestralmente amostras de alimentos produzidos

em todas as regiões do Estado para a verificação da sua qualidade), o que, de acordo com a Constituição da Bahia, cabe, exclusivamente, ao Governador do Estado.

Mesmo no exercício da sua competência concorrente, atinentes à produção e ao consumo, por exemplo, os Estados encontram limites na própria Constituição Federal, que restringe o seu âmbito de atuação à suplementação das normas gerais editadas pela União, devendo preencher lacunas para aquilo que não corresponda à generalidade, não lhes cabendo a edição de normas que contrariem a legislação nacional existente.

A indústria brasileira de agrotóxicos é uma das mais reguladas do mundo. O registro de um produto exige duro processo de comprovação da segurança para trabalhadores, meio ambiente e consumidores. Ainda assim, não é conhecida a exigência de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos nos produtos alimentares. O direito à informação deve ser aplicado de acordo com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

A rotulagem de produtos tratados com agrotóxicos conduzirá o consumidor à incerteza desnecessária em relação à segurança do alimento, cuja qualidade já foi atestada pelos órgãos competentes. Qualquer informação que induza a erro, falso entendimento ou conteúdo inútil é prejudicial, não apenas para a indústria de

agrotóxicos, mas, principalmente, para o consumidor, que ficará confuso diante de informação inútil, considerando que a utilização de agrotóxicos na produção de alimentos é legal, apta e imprescindível para atender à demanda de alimentos em todo o mundo.

A produção de orgânicos, em contrapartida, que é muito cara e ainda precária, já traz como diferencial a indicação da sua condição estampada nos rótulos e embalagens, não sendo razoável exigir a indicação no rótulo de produtos produzidos pelo método tradicional (tratados com agrotóxicos), que representam 90% dos alimentos dos supermercados disponíveis para o consumo.

Se aprovado o PL, toda a cadeia produtiva será prejudicada, restando comprometidas a competitividade dos produtos baianos em relação aos produtos de outros Estados e países não sujeitos a tal exigência e a atratividade para novos investimentos no Estado, na contramão do princípio constitucional da livre concorrência. O consumidor também seria onerado com os repasses de custos no preço final do alimento.

Obs.: O presente posicionamento foi elaborado com a colaboração da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB) e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (FECOMÉRCIO/BA).

20. O Projeto de Lei nº 21.565/2015, de autoria do deputado Marcelino Galo (PT), institui o Desmatamento Zero no Estado da Bahia e dispõe sobre a proteção das florestas nativas.



O QUE É:

O PL 21.565, de 27 de outubro de 2015, tem por objetivo instituir o desmatamento zero no Estado da Bahia, com a proibição da supressão e a concessão de autorizações de desmatamento de florestas nativas em todo o território baiano.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Zé Raimundo (PT).

POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA



Apesar da boa intenção contida na proposta legislativa, no sentido de promover a preservação ambiental, há de se observar que o PL apresenta vícios que inviabilizam a sua efetivação.

Inicialmente, há de se ressaltar que a proposta constante do PL atenta contra normas federais e estaduais relativas ao tema, na medida em que proíbe qualquer tipo de supressão de vegetação nativa, ainda que devidamente autorizada por lei. Nesse sentido, destaque-se que a Lei Federal nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal) permite a supressão da vegetação em diversos dispositivos, desde que devidamente autorizada pelo órgão do SISNAMA competente e/ou em casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, previstos no referido diploma legal. Da mesma forma, a Lei Federal 11.428/2006, que “dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica”, também autoriza o corte, a supressão e a ex-

ploração do referido bioma desde que atendidas as exigências ali contidas.

No âmbito estadual, o Decreto nº 15.180/2014, que “regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação do Estado da Bahia, a conservação da vegetação nativa, o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), e dispõe acerca do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia”, também autoriza a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente nos casos de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental, previstas na Lei Federal nº 12.651/2012.

Ademais, cumpre esclarecer que a efetividade do controle dos desmatamentos ilegais em nosso Estado já é uma obrigação do Poder Público, sendo que a criação de um programa que proíbe de forma absoluta a supressão de vegetação nativa representará um prejuízo àqueles empreendedores que já atuam em conformidade com a lei.

Por fim, o PL em análise, contrariando o Novo Código Florestal, não possibilita a concessão de qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia relativa a impostos, taxas ou contribuições para quem atua de forma a preservar/conservar/recompor a vegetação nativa. Da mesma forma, a proposição não elenca medidas administrativas voltadas a impedir o desmatamento, à regeneração do meio ambiente e a viabilizar a recuperação de áreas degradadas.

21. O Projeto de Lei nº 21.574/2015, de autoria do deputado Zó (PCdoB), inclui, no conteúdo mínimo do Plano Diretor, normas gerais de edificação que regulamentem a obrigatoriedade da instalação de cobertura vegetada (telhado verde) e reservatório de águas pluviais em edifícios no Estado da Bahia.



O QUE É:

O PL obriga os municípios do Estado da Bahia a incluir, no seu Plano Diretor, a obrigatoriedade da instalação de cobertura vegetada denominada “telhado verde” e de reservatório de águas pluviais nos edifícios.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Pablo Barrozo (DEM).

POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA



O projeto apresenta uma proposta nobre e interessante sob a ótica das soluções sustentáveis.

Entretanto ao impor que os municípios do Estado da Bahia incluam no seu Plano Diretor a obrigatoriedade da instalação de cobertura vegetada denominada “telhado verde” e de reservatório de águas pluviais nos edifícios, o PL desrespeita o princípio da autonomia dos entes federativos (art. 18 da CF), tendo em vista que trata de matéria da competência municipal constitucionalmente definida para cuidar da elaboração e execução da política local de desenvolvimento urbano e do seu instrumento básico, que é o Plano Diretor (§1º do art. 182 da CF), restando, portanto, passível de ter a sua constitucionalidade questionada.

Por outro lado, observa-se que o PL, com relação às obrigatoriedades estabelecidas, não faz distinção entre as diversas regiões do Estado da Bahia, tendo abarcado, indiscriminadamente, todos os seus municípios que possuam Plano Diretor, independentemente da realização prévia de estudos técnicos considerando as peculiaridades de cada local, como o índice pluviométrico, a existência de ilhas de calor ou outros indicadores que comprovassem a necessidade e a eficácia das medidas na redução da temperatura, dos gastos energéticos e do consumo da água.

É preciso ponderar, ainda, que as obrigatoriedades ventiladas no PL representarão não apenas investimentos financeiros para a adequação dos edifícios novos e antigos, mas, principalmente, um custo adicional e permanente com mão de obra especializada necessária para a sua instalação, manutenção e pleno funcionamento, evitando problemas de vazamento e infiltrações, no caso dos telhados verdes, e de contaminação com resíduos e dejetos, no caso dos reservatórios de águas pluviais.

22. O Projeto de Lei nº 21.862/2016, de autoria do deputado Fábio Souto (DEM), dispõe sobre a criação do Plano de Proteção e Conservação às Nascentes de Água e de Rios no Estado da Bahia, e dá outras providências.



O QUE É:

Institui o Plano de Proteção e Conservação às Nascentes de Água e de Rios, que visa à identificação, catalogação e preservação das nascentes de água e rios existentes em todo o território baiano.

A execução do plano se dará por meio de serviços de recuperação com a utilização de técnica pré-definida em áreas de, no mínimo, 0,7853ha por nascente, a partir da nascente ou de rios, para a conservação ou recuperação da vegetação apropriada.

O produtor que detenha a posse rural, explorando-a mediante o seu trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários, silvicultura ou do extrativismo, terá direito a um incentivo financeiro, através do Programa Produtor de Água, desenvolvido pela Agência Nacional de Águas (ANA), respondendo pelo isolamento das nascentes e pelo plantio das mudas em torno das mesmas, envolvendo ações como coroamento, abertura de berços, controle de formigas cortadeiras, plantio, replantio, controle de invasoras e roçadas manuais. O Poder Executivo será o responsável pelo fornecimento de madeira, arame, mudas de árvores nativas, arbustos e outras plantas apropriadas para a proteção, a preservação e o reflorestamento à beira das nascentes e dos rios.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer contrário do relator, o deputado Sidelvan Nóbrega (PRB).

POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA



O Projeto de Lei trata de relevante tema para a preservação dos recursos hídricos, setor que vem enfrentando sérios problemas, como a crescente demanda de água decorrente do aumento populacional, a degradação dos rios e a diminuição dos mananciais adequados ao abastecimento humano. Neste contexto, a identificação e catalogação dos mananciais hídricos existentes no Estado da Bahia, propostos no PL, são importantes instrumentos no combate aos citados problemas. No entanto, para adequar-se à normativa vigente e alcançar a efetiva aplicabilidade, a proposta comporta aperfeiçoamentos.

Inicialmente, cabe destacar que, no tocante ao meio de execução do plano, o PL não define quais seriam os serviços de recuperação, a técnica pré-definida a ser utilizada, nem mesmo os fundamentos técnicos para o limite mínimo da área a ser recuperada, além de embasar esse dispositivo em norma já revogada, qual seja o antigo Código Florestal (Lei nº 4.771/65), merecendo, portanto, reformulação técnica neste aspecto.

Por outro lado, o PL prevê a concessão de incentivo financeiro para produtores rurais, por meio de um programa nacional (Programa Produtor de Água - PPA), sem prévia articulação com a Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela sua execução. O referido programa visa à recuperação de bacias hidrográficas com foco nos recursos hídricos, utilizando-se da política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), por meio da qual são estabelecidos incentivos financeiros aos produtores rurais que adotarem

boas práticas, tais como manutenção e recomposição da vegetação natural e a agropecuária sustentável. A sua operação depende de ações integradas da ANA (normalmente por meio de edital) com interessados em desenvolver projetos dessa natureza, podendo ser disponibilizados recursos financeiros por meio de convênios ou contratos de repasse, a ser aportados por parceiros previamente definidos no âmbito do arranjo organizacional do projeto, o qual deve conter, dentre outros requisitos, a análise de viabilidade de criação de mercado de PSA na bacia ou no município, ou seja, a verificação da existência de interessados em pagar pelos serviços ambientais e de produtores rurais interessados em prestar esses serviços. A remuneração aos produtores rurais será proporcional ao serviço ambiental prestado e dependerá de prévia inspeção na propriedade, com a verificação e certificação das metas estabelecidas certificadas por equipe técnica.

Como se nota, o PL não tem o condão de vincular, de forma indiscriminada, a concessão de recursos financeiros pelo PPA, sem articulação

prévia com a ANA, tendo em vista que já existe escopo legal com requisitos e regras, bem como a necessidade de planejamento do órgão para a execução de programas dessa natureza. Desta forma, sugere-se a elaboração de projeto, bem como a realização de contato com as Secretarias de Meio Ambiente Estadual e Municipais ou Comitês de Bacias eventualmente existentes na região, para a consulta de viabilidade de aplicação de um projeto produtor de água, antes da aprovação do presente PL.

Por fim, deixar de fora os produtores rurais cuja renda não seja proveniente de cultura/atividade familiar enfraquece a adesão ao programa, pois os grandes produtores rurais também podem apresentar, principalmente no campo do PSA, soluções bastante interessantes que ajudem na recuperação dos mananciais hídricos do Estado da Bahia. Sugere-se, portanto, a sua inclusão no escopo da proposta.

23. O Projeto de Lei nº 21.895/2016, de autoria do deputado Soldado Prisco (PPS), dispõe sobre a regulamentação da distribuição, abastecimento e instalação de sistema sensor e válvulas de bloqueio de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), e dá providências correlatas.

O QUE É:

O PL estabelece critérios de segurança na instalação e operação das bases de armazenamento, envasamento e distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), obrigando todos os estabelecimentos industriais e comerciais à instalação de um sistema sensor e válvulas de bloqueio para detectar e prevenir o vazamento de gás em todo o território do Estado da Bahia.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Heber Santana (PSC).

POSIÇÃO: DIVERGENTE



Em que pese a nobre preocupação do legislador com a segurança no uso e ma-

nuseio de GLP e de gás canalizado nas diversas instalações industriais, comerciais e residenciais, verifica-se, no entanto, que este Projeto de Lei ultrapassa os limites estabelecidos para a competência estadual de legislar, além de acarretar prejuízos de ordem social e econômica.

A competência para legislar sobre Direito Civil e Comercial é privativa da União, e a matéria tratada no PL se insere nesse conteúdo. Por outro lado, em se tratando de Direito do Consumidor, a competência do Estado fica limitada a suplementar a legislação federal no que couber, apenas para preencher as lacunas no que se refere às peculiaridades regionais. No caso em tela, a instalação e a distribuição de GLP e de gás canalizado já seguem uma legislação abrangente, amplamente restritiva, seguindo diversas normas de segurança e fiscalização da ABNT, ANP, IBAMETRO, dentre outras, não cabendo ao Estado ampliar essas restrições, desconhecendo as funções já exercidas pelos órgãos competentes.

Não bastasse a irrazoabilidade de mais normas regulando a matéria, nota-se que as exigências trazidas no PL acarretarão considerável aumento de custos para o setor produtivo e de

distribuição de GLP, que já sofre com a elevada carga tributária (sendo um importante gerador de tributos na Bahia) e com a concorrência acirrada de outras fontes de energia. Dessa forma, o aumento desproporcional de custos de distribuição do GLP poderá provocar a redução de sua demanda e produção, ou mesmo, levar à exportação do excedente, deixando de gerar arrecadação para o Estado. Por outro lado, ao exigir das empresas de construção adequações em seus projetos, o PL atinge também o setor da Construção Civil, o qual passa por uma das maiores crises de sua história na Bahia.

As limitações quanto a horário e rotas dos caminhões e as diversas exigências quanto à necessidade de pessoal técnico qualificado para o acompanhamento do abastecimento, por sua vez, implicarão em mais aumento de custos para a adequação e o pagamento de horas extras e demais verbas delas decorrentes aos trabalhadores.

24. O Projeto de Lei nº 22.077/2016, de autoria do deputado Pablo Barrozo (DEM), institui a Política de Mobilidade por Bicicletas no Estado, e dá outras providências.

O QUE É:

O PL institui a Política Estadual de Mobilidade por Bicicleta no âmbito do Estado, com o objetivo de fomentar uma cultura favorável aos deslocamentos cicloviários como modalidade de transporte eficiente e saudável.

A proposição determina que o Poder Executivo, por intermédio das secretarias estaduais, promoverá a implementação e a coordenação da Política Estadual de Mobilidade por Bicicleta, a partir de diretrizes como o desenvolvimento de atividades utilizando, prioritariamente, os sistemas cicloviários; o desenvolvimento de medidas que proporcionem mais conforto e segurança aos ciclistas durante os deslocamentos; dentre outras.

A implementação da Política Estadual de Mobilidade por Bicicleta poderá envolver os demais órgãos do Poder Executivo e outros poderes do Estado, da União e dos municípios, além de ciclistas, representantes da sociedade civil organizada e profissionais especializados em políticas de desenvolvimento urbano.

TRAMITAÇÃO:

O referido projeto de lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Euclides Fernandes (PDT).

POSIÇÃO: CONVERGENTE



A proposição se mostra louvável, pois busca solução para um dos mais graves problemas das grandes e médias cidades: a mobilidade urbana, e o uso da bicicleta faz parte do conjunto de medidas capazes de mitigar esse complexo problema.

No contexto das cidades baianas desses portes, essa realidade é ainda mais preocupante, pois os sistemas de transportes baseados em veículos automotores de massa, além de não atenderem adequadamente à população, acabam pesando no orçamento das famílias de baixa renda e são altamente poluentes. Cumpre destacar que o uso de bicicleta é um meio de condução ao trabalho barato, eficiente e não poluente. Além disso, é um equipamento de potencial ajuda à saúde pública, na medida em que estimula a realização de exercícios físicos e o lazer.

Por outro lado, ao trafegar pela cidade, o ciclista pode contemplar melhor o seu local de vivência, desenvolvendo, desse modo, uma das formas de cidadania, onde a cidade é devolvida aos seus habitantes, que passam a ter a oportunidade de sair às ruas. Como efeito positivo secundário, ao estimular a volta das pessoas às ruas, o PL tem um efeito benéfico de tornar o cidadão um agente atuante de fiscalização do poder municipal sobre o estado de conservação das localidades públicas.

Por fim, é importante ressaltar os positivos aspectos econômicos, uma vez que o mercado de bicicletas tem crescido de modo consistente ano a ano na Bahia, envolvendo toda uma cadeia de produtores, fornecedores e prestadores de serviços, além de crescentes organizações de grupos de ciclistas.

25. O Projeto de Lei nº 22.111/2016, de autoria do deputado Alan Sanches (DEM), cria o Programa Estadual de Incentivo ao Uso da Energia Sustentável no Estado da Bahia, e dá outras providências.

O QUE É:

O PL cria o Programa Estadual de Incentivo ao Uso da Energia Sustentável no Estado da Bahia, com ações promovidas pela Secretaria de Infraestrutura da Bahia (SEINFRA) em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). A implementação do programa ficará sob a responsabilidade do Governo do Estado.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Pablo Barrozo (DEM).

POSIÇÃO: CONVERGENTE



A proposição se mostra oportuna e relevante ao buscar ações que conscientizem os órgãos públicos e a população em geral para a adoção de medidas de uso da energia, de modo sustentável, na Bahia.

É uma tendência mundial a utilização de energia limpas e de fontes sustentáveis, bem como as provenientes das fontes eólica, biomassa, solar e outras. Adicionalmente, o PL faz referência ao uso consciente da população baiana e ao consumo dos recursos hídricos. Sobre esse fato, o legislador aborda, de modo bastante apropriado, um fenômeno que está se agravando no Estado da Bahia: a redução do nível dos rios e reservatórios que abastecem a população baiana, devido a prolongadas secas no período recente.

Dados estatísticos mostram que há uma mudança negativa do regime pluviométrico na região norte/nordeste do Estado, onde se verificava uma precipitação média anual histórica de 850 milímetros, mas que, em uma média

dos últimos 20 anos, está em cerca de 660 milímetros por ano, ou seja, uma redução de 22% na precipitação de chuvas, em uma região já bastante sofrida com um baixo regime hidrológico. Embora ainda não se tenham dados estatísticos suficientes sobre mudanças estruturais, o fato é que a Região Metropolitana de Salvador corre o risco de ter neste ano de 2017 algum tipo de racionamento. Esse fato ocorreu também em regiões de baixo risco hidrológico, como o racionamento de água em Itabuna e em Ilhéus, em 2016.

Em adição, o PL se mostra louvável por seu caráter positivo, por buscar medidas factíveis e de mudanças de hábitos, sem cair no senso comum de impor pesadas sanções e multas, o que acabaria por agravar os problemas econômicos já enfrentados, além de dificultar a capacidade de adequação de equipamentos e instalações de uso de equipamentos de energia sustentável em médio prazo.

Também é de se louvar o fato de que o PL mostra que as suas proposições, uma vez adotadas, certamente, trarão benefícios econômicos, com a redução de elevados custos com energia e, sobretudo, de modo perene.

Portanto, a nobre intenção do parlamentar vai ao encontro das exigências cada vez mais necessárias em um mundo onde se busca a sustentabilidade e a melhoria na qualidade de vida.

26. O Projeto de Lei nº 22.222/2017, de autoria do deputado Marcell Moraes (PV), dispõe sobre o plantio obrigatório de árvores em novos empreendimentos imobiliários, públicos ou privados, comerciais ou industriais no Estado da Bahia.

O QUE É:

O PL obriga que os novos empreendimentos imobiliários, públicos ou privados, comerciais ou industriais no Estado da Bahia reservem, no mínimo, 5% do tamanho do empreendimento para o plantio de árvores, podendo este percentual ser distribuído por todo o empreendimento, inclusive na sua área externa.

Estipula que a concessão das respectivas licenças fica condicionada à apresentação de projetos que prevejam a área de plantio de árvores.

TRAMITAÇÃO:

O referido projeto de lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Pablo Barrozo (DEM).

POSIÇÃO: DIVERGENTE



O PL apresenta inconstitucionalidades quanto à sua forma, haja vista que trata indevidamente de regras de Direito Comercial, cuja competência é privativa da União (art. 24, VI da CF). Ademais, ao condicionar concessão de alvará junto a prefeituras municipais à apresentação de área de plantio de árvores nos projetos dos novos empreendimentos, o PL invade a competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local e ordenamento territorial, mediante o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (art. 30, I e VIII da CF). Embora esses temas estejam relacionados ao ramo do Direito Urbanístico, cuja competência legislativa é também concorrente entre a União e os Estados (art. 24, I, CF), essa competência está limitada à edição de normas gerais, em forma de diretrizes, sob pena de violação ao princípio constitucional da autonomia entre os entes federativos (art. 18, CF).

Com relação ao mérito, o objetivo da proposição é implantar uma política voltada para a preservação ambiental e a redução dos impactos ao meio ambiente gerados pelo aumento expressivo dos empreendimentos imobiliários, comerciais e industriais no Estado, bem como a criação de mecanismos públicos passíveis de viabilizar a sustentabilidade dessas áreas. Contudo, o projeto não traz efetiva contribuição para a melhoria da qualidade ambiental, uma vez que já existe todo um normativo sobre a matéria que prevê os requisitos para a concessão de alvarás e licenças ambientais para os empreendimentos, bem como normas relativas à regularização fundiária em áreas urbanas, adoção de medidas de sustentabilidade ambiental e de adequação ambiental dos projetos, às quais eles devem obedecer. A viabilidade, quantidade, especificação das espécies de árvores a ser plantadas, a forma do plantio e a estipulação da área não edificável são exemplos de condicionantes a ser estabelecidas a partir do licenciamento urbanístico, observadas as normas locais de uso e ocupação do solo, elaboradas de acordo com a realidade de cada município, ou mesmo no âmbito do licenciamento ambiental do empreendimento, quando exigido. Além disso, não existem garantias de que os futuros proprietários não irão dar novo destino à área de plantio.

A exigência contida no PL poderá, por razões técnicas e econômicas, inviabilizar as atividades empresariais do segmento da Construção Civil e acarretar um aumento dos custos e do preço final dos imóveis. Ao estabelecer uma área mínima de plantio de 5% do tamanho do empreendimento, o legislador não observou a adequação entre meio e fim e desconsiderou que os empreendimentos imobiliários situados

em grandes propriedades, além do cumprimento das demais normas ambientais, estarão sujeitos a restrições de grandes áreas - considerando a lógica estabelecida pelo PL, quanto maior a área do empreendimento, maior a área de plantio obrigatório - criando embaraço ao exercício da atividade empresarial e o comprometimento excessivo dos direitos individuais dos grandes empreendimentos, em violação aos princípios da isonomia, proporcionalidade, razoabilidade e livre concorrência.

Por fim, tem-se que não foram identificadas previamente quais penalidades serão aplicáveis aos empreendimentos que descumprirem as determinações dos órgãos ambientais com-

petentes relativas ao plantio de árvores. Diz-se isso, pois, tanto a infração quanto a sanção administrativa devem ter previsão legal, segundo o princípio da legalidade. Assim, é imperioso que se descreva, com exatidão, a pena a ser aplicada, de modo a garantir que o infrator saiba exatamente a medida a que está sujeito pela prática do comportamento ilícito; fato que não se verifica no PL sob exame.

Assim, não há como se emprestar apoio à aprovação da presente proposta, posto que inconstitucional, devendo, portanto, ser rejeitada.

27. O Projeto de Lei nº 22.264/2017, de autoria do deputado Manassés (PSL), altera a Lei Estadual nº 13.706, de 27 de janeiro de 2017.

O QUE É:

O PL altera a Lei 13.706/2017, que traz obrigatoriedade de disponibilização de equipamentos contendo álcool em gel por parte de estabelecimentos comerciais em todo o território do Estado da Bahia, substituindo o termo “álcool em gel” por “preparações alcoólicas para a higienização das mãos à base de álcool etílico a 70%, em gel, spray ou espuma”. Na prática, possibilitará também o uso das demais formas citadas e não apenas do gel.

Ademais, insere um parágrafo no artigo 1º da referida lei ratificando o conteúdo do dispositivo constante do artigo 10 da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA - RDC nº 42/2010, que proíbe, para fins de higienização das mãos, o uso do álcool regularizado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) como produto saneante.

TRAMITAÇÃO:

O referido projeto de lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça.

POSIÇÃO: CONVERGENTE



Trata-se de uma iniciativa que aperfeiçoa a legislação existente prestigiando a especificação técnica do produto para a higienização das mãos, pois o mesmo não se resume ao “álcool em gel”, uma das espécies do produto, que também pode ser apresentado em forma de spray ou espuma; todas capazes de higienizar as mãos sem a necessidade de enxague com água, eliminando 99,9% dos germes e são seguras para o uso frequente.

A ampliação das possibilidades traz benefícios não apenas para os consumidores, que poderão usufruir de maior comodidade, pois as es-

pécies espuma e spray evitam que o usuário experimente a sensação de mãos pegajosas, já que não deixam resíduos, além de ajudarem na prevenção contra o ressecamento da pele, pois contêm umectantes, pH equilibrado e são dermatologicamente testadas; mas também para os empresários, que terão mais opções para eleger aquele produto mais barato e mais econômico.

Ademais, é de extrema importância o alerta feito no PL quanto à proibição de uso do álcool destinado à limpeza de superfícies para a higienização das mãos, pois a própria norma federal (RDC nº 42 da ANVISA) traz essa determinação, de modo a evitar a sua utilização nos estabelecimentos comerciais por falta de orientação, bem como evitar danos à saúde do usuário.



INSTITUCIONAL

28. O Projeto de Lei nº 19.078/2011, de autoria do deputado Marcelino Galo (PT), dispõe sobre as terras públicas e devolutas estaduais, e dá outras providências.

O QUE É:

O Projeto de Lei nº 19.078, de 4 de abril de 2011, designa as terras públicas e devolutas estaduais (indisponíveis e reservadas), sobre a política de destinação de terras públicas e a sua gestão pela Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária e pela Secretaria de Administração do Estado da Bahia.

TRAMITAÇÃO:

O referido projeto de lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer contrário do relator, o deputado Pablo Barrozo (DEM).

POSIÇÃO: DIVERGENTE



Ao dispor sobre bens públicos (terras públicas e dominicais), o PL trata de matéria de iniciativa legislativa do Poder Executivo estadual, haja vista que são bens que integram a administração pública estadual e que por seus órgãos são geridos, conforme dispõe a Constituição do Estado da Bahia.

Observe-se, também, que a referida proposição dispõe sobre a competência da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI) e da Secretaria Estadual de Administração (SEA), razão pela qual acaba por tratar de matéria relativa à organização administrativa, criação, estruturação e competência dos órgãos públicos, que também são de iniciativa legislativa do Poder Executivo, conforme a citada Constituição Estadual.

A proposição ainda pode ser questionada por limitar a possibilidade de alienação ou concessão de terras devolutas rurais não disponíveis ou arrecadadas apenas para fins de produção rural ou reforma agrária, impedindo a reali-

zação de outras atividades que fomentem o desenvolvimento socioeconômico no Estado, como, por exemplo, a geração de energia, a exploração de petróleo, a silvicultura, dentre outras que promovam a geração de emprego e renda na localidade e que estejam em conformidade com a legislação ambiental vigente.

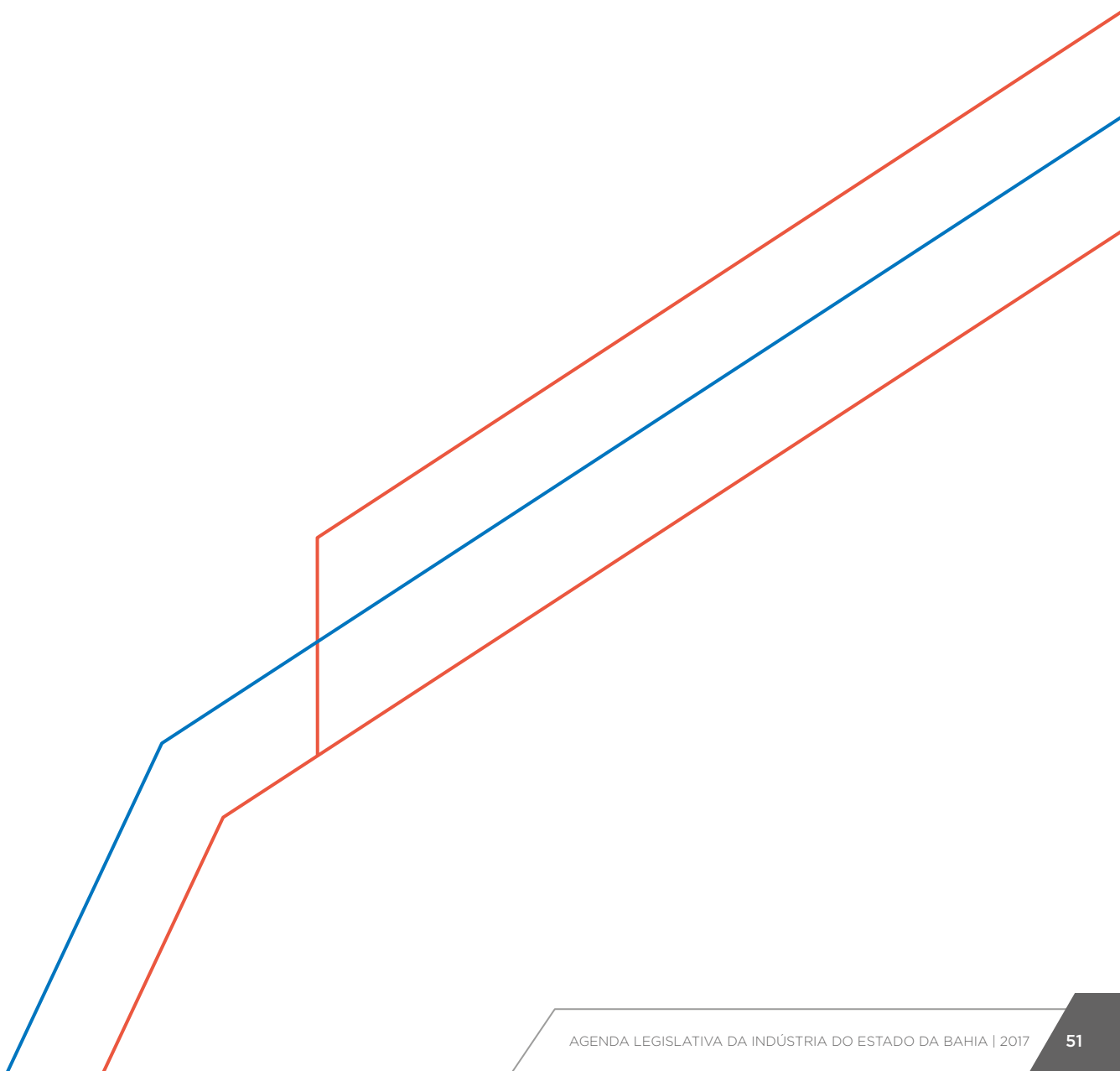
Ademais, vale destacar que a Constituição do Estado da Bahia também estabelece que, por meio de decreto, será fixada para as diversas regiões do Estado, até o limite de quinhentos hectares, a área máxima de terras devolutas que os particulares podem ocupar, visando torná-las produtivas, sem pedir a permissão ou a autorização do Estado. Em relação à parte que exceder a essa área, o ocupante será considerado mero detentor, mas poderá receber permissão para a utilização da mesma, desde que efetivamente explorada.

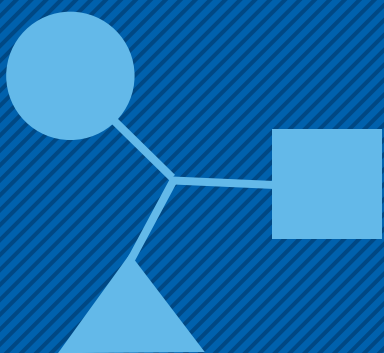
Embora ainda não tenha sido expedido o citado decreto, observa-se que o art. 4º do PL viola os referidos dispositivos constitucionais, na medida em que não prevê a citada autorização em nenhum de seus artigos, em prejuízo das empresas que, porventura, ocupem áreas nessas circunstâncias.

O art. 6º do PL também causa preocupação, na medida em que apresenta o assentamento de trabalhadores como prioridade máxima, em detrimento da proteção de ecossistemas naturais e da própria regularização fundiária. Nesse sentido, vale destacar que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, § 5º, estabelece que a destinação das terras devolutas seja compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária, portanto, o assentamento de trabalhadores não

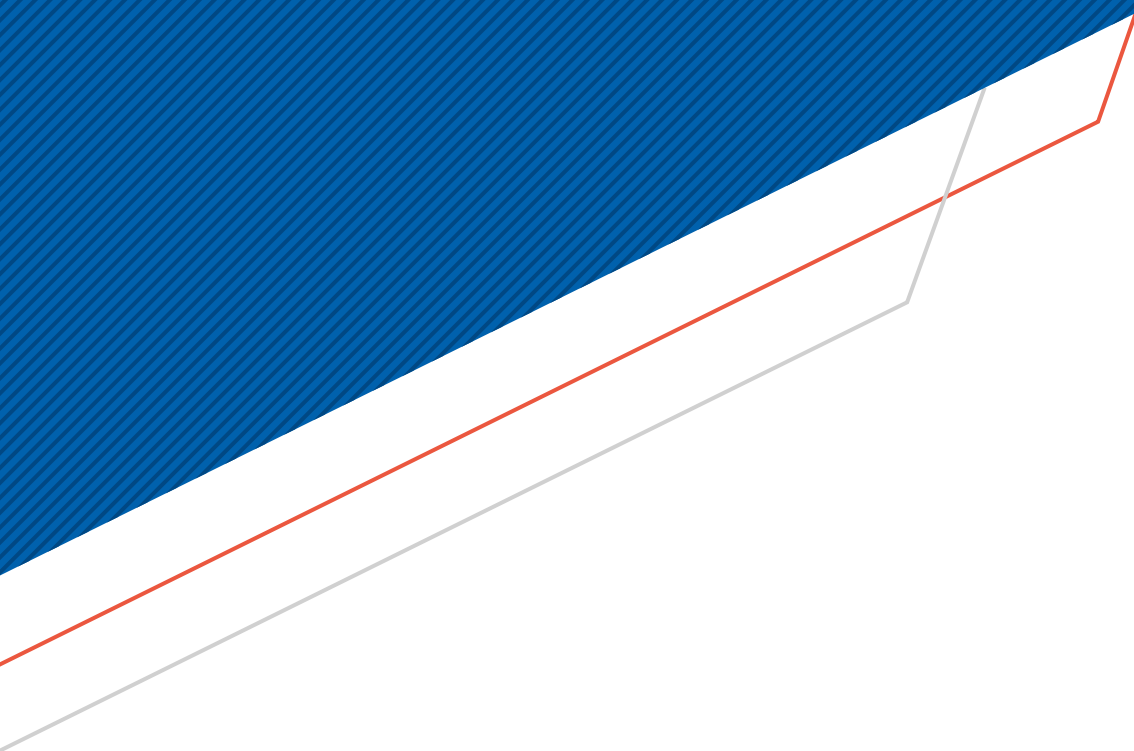
pode ser priorizado a ponto de eliminar a importância da atividade econômica como um fator de desenvolvimento para as áreas onde se encontrem as referidas terras devolutas.

Observe-se, ainda, que a questão fundiária do Estado está efetivamente ligada ao Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE), um dos instrumentos das Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e que visa orientar o planejamento, a gestão e as decisões do Poder Público, do setor privado e da sociedade em geral relacionados ao uso e à ocupação do território, considerando as potencialidades e limitações ambientais e socioeconômicas. Dessa forma, verifica-se que, no PL, não há compatibilização com o referido ZEE, que já se encontra em fase de discussão no âmbito do Poder Executivo estadual e, em breve, deverá ser publicado pelo Governo.





INTERESSE SETORIAL



29. O Projeto de Lei nº 19.015/2011, de autoria do deputado Sandro Régis (DEM), proíbe a comercialização de cigarros e derivados do tabaco próximo aos estabelecimentos de Ensino Fundamental, Médio e Superior, localizados no Estado da Bahia, e fixa outras providências.



O QUE É:

O Projeto de Lei proíbe que os estabelecimentos comerciais localizados a um raio de cem (100) metros de instituições de ensino no Estado da Bahia comercializem cigarros e derivados do tabaco.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Sidelvan Nóbrega (PRB).

POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA



Não deixando de reconhecer os bons propósitos do autor do projeto, tem-se que o mesmo apresenta impedimentos à sua aprovação relativos à constitucionalidade de sua forma, bem como da matéria tratada.

A questão formal tem lugar uma vez que, ao restringir o exercício regular de uma atividade econômica lícita, impondo-lhe medidas restritivas inovadoras sem prévio estudo que comprove a sua eficácia, o PL trata de matéria adstrita ao Direito Comercial, cuja competência legislativa é privativa da União, não cabendo ao Poder Legislativo estadual editar leis sobre essa temática.

Quanto aos aspectos materiais, o PL ultrapassa limites traçados pelos princípios constitucionais da livre iniciativa, livre concorrência e da

isonomia, quando restringe o exercício regular de uma atividade econômica lícita e amplamente regulamentada, sem o que não se justificam os impactos econômicos negativos que indústria e varejo sofrerão com a redução de faturamento e perda de competitividade.

A venda de produtos fumígenos em instituições de ensino e para menores de 18 anos já é proibida pela legislação nacional, independentemente do local onde se encontrem os pontos de venda, não havendo razoabilidade na extensão dessa proibição. Um meio mais adequado e eficaz de reduzir o acesso dos jovens aos produtos fumígenos é através da implementação de políticas públicas de fiscalização mais rigorosas nos varejos.

A limitação imposta afetará não apenas a segurança jurídica em relação às atividades empresariais atingidas, mas, também, o direito de todos os cidadãos maiores de 18 anos, a quem é permitido o consumo dos produtos indicados na proposta.

Outro ponto é que a redução das possibilidades de compra do produto (por pessoas autorizadas) acabará por incrementar o mercado ilegal de cigarros, que poderiam ser encontrados em varejos situados dentro do raio de proibição por estabelecimentos que já não cumprem a legislação.

30. O Projeto de Lei nº 21.815/2016, de autoria da deputada Neuza Cadore (PT), dispõe sobre a água mineral extraída, captada, industrializada ou envasilhada no Estado da Bahia.

O QUE É:

O Projeto de Lei institui requisitos para as atividades de extração, captação, industrialização ou envasilhamento de água mineral e a conceitua como sendo água potável de mesa, natural, com gás ou qualquer outra destinada a dessedentação humana, independente do vasilhame; e empresa de água mineral, toda concessionária ou envasilhadora.

Determina que todas as empresas de água mineral devem ser cadastradas e matriculadas junto aos órgãos competentes do Poder Executivo estadual, além de manter livro especial de controle para efeitos de fiscalização com os seguintes dados: locais de distribuição da água; quantidade de água comercializada e distribuída; data da distribuição da água; nome do técnico responsável pela fonte e pelo produto.

Além disso, determina que o rótulo do vasilhame deve conter nome, endereço e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) das empresas envolvidas no processo de industrialização; identificação do local da fonte; nome do técnico responsável; número da Portaria de lavra, do Processo no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e do boletim emitido pela Rede de Laboratórios de Análises Minerais - Rede LAMIN/Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e registro do produto no Ministério da Saúde; prazo de validade do produto, registro no Ministério da Saúde, condições de conservação, características físico-químicas e condições bacteriológicas com a data e o número da última análise, tudo em conformidade com a Portaria regulamentadora que deverá ser editada pelo Governo do Estado.

A fiscalização será promovida pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e pela

Vigilância Sanitária estadual, com observância das normas expedidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Governo do Estado da Bahia, que dirão, por meio da realização de vistorias periódicas ou extraordinárias, se a empresa está apta ou inapta, e, nesta segunda hipótese, o período e as condicionantes para a retomada das atividades regulares.

Ainda está prevista a possibilidade de instituição de taxas em razão das atividades decorrentes da presente lei.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Zé Raimundo (PT).

POSIÇÃO: DIVERGENTE



Apesar de louvável a intenção do autor do PL de proteger a saúde da população, vários são motivos que impedem o apoio à sua aprovação.

Ao estipular exigências relativas a rótulos, cadastro e manutenção de livros especiais das quais dependem a regularidade das empresas de água mineral, o projeto invade a competência privativa da União para legislar sobre Direito Comercial. Por outro lado, ultrapassa a competência delegada aos Estados para legislar de forma suplementar as normas gerais editadas pela União sobre proteção e defesa da saúde, apenas preenchendo-lhes as lacunas. Isto porque, além de trazer conceitos, como o de água mineral, e regras de natureza geral já perfeitamente delineados no bojo da legis-

lação federal sobre o tema, o PL contraria a legislação federal ao atribuir a órgãos estaduais competências fiscalizatórias delegadas ao DNPM, mostrando-se, por todas essas razões, inconstitucional por vício de competência.

Quanto à iniciativa para tratar da competência das secretarias estaduais, bem como da organização administrativa e serviços públicos, que impliquem aumento ou redução de despesas, esta pertence exclusivamente ao Poder Executivo, de acordo com a Constituição do Estado da Bahia, e o PL, ao dar atribuições à CBPM e à Vigilância Sanitária (VISA), invade essa competência, mostrando-se inconstitucional por vício de iniciativa.

Os impactos econômicos negativos decorrentes da eventual aprovação deste projeto são claros. A contradição e multiplicidade de normas e órgãos fiscalizadores desordenados

abrem margem a abusos e embaraços desnecessários ao exercício das atividades desse segmento empresarial, pois as normas federais já preveem todos os requisitos necessários para assegurar a saúde da população, bem como toda a sistemática de fiscalização, que já inclui ações coordenadas com o Estado.

Por fim, mais do que inoportuna a abertura de possibilidade de criação de novos tributos no atual cenário de retração econômica, que tem colocado o setor produtivo baiano em delicada situação diante da falta de competitividade e do aumento do índice de desemprego.

31. O Projeto de Lei nº 21.846/2016, de autoria do deputado Luciano Ribeiro (DEM), acrescenta dispositivo à Lei nº 9.433, de 1 de março de 2005, que dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações, no âmbito dos poderes do Estado da Bahia.

O QUE É:

Esta proposição acrescenta mais uma garantia para a realização de obras na modalidade Tomada de Preço ou de valor superior a este, consistente na apresentação de apólices de seguro no valor da proposta, tendo como beneficiário o ente público titular da licitação, para a hipótese de descumprimento do contrato e não realização da obra licitada.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Pablo Barrozo (DEM).

POSIÇÃO: DIVERGENTE



Na prática, o PL eleva para 100% o valor da garantia, que na legislação vigente é limitado a 1% do valor estimado para as licitações e 5% do valor efetivo dos contratos. Esta medida aumentará os custos da atividade de forma desarrazoada e desproporcional, onerando demasiadamente o setor, já tão abalado com a atual crise econômica, e prejudicando a sua competitividade.

Ademais, o PL apresenta inconstitucionalidade formal, pois, ao criar mais uma garantia para a

tomada de preços, acaba por alterar a norma geral de licitação e contratação, cuja competência legislativa é privativa da União, conforme dita a Constituição Federal, ultrapassando, por via de consequência, a prerrogativa que lhe foi dada de apenas suplementar a norma geral no que couber, no âmbito estadual. Outrossim,

não existe peculiaridade no Estado da Bahia que justifique a imposição de processo licitatório mais oneroso para o setor da Construção, do que no resto dos Estados brasileiros. Ao contrário, fazem-se necessárias políticas que possibilitem a retomada do seu crescimento e recuperação da sua competitividade.

32. O Projeto de Lei nº 21.860/2016, de autoria do deputado Eduardo Salles (PP), determina a obrigatoriedade da substituição de até 10% da farinha de trigo pela fécula de mandioca, produzida no Estado da Bahia, estabelece as condições para a sua comercialização, cria o Certificado de Responsabilidade Social, e dá outras providências.

O QUE É:

O Projeto de Lei obriga a substituição de até 10% da farinha de trigo pela fécula de mandioca produzida no Estado da Bahia e estabelece as condições para a sua comercialização, criando o Certificado de Responsabilidade Social.

Os moinhos que se anteciparem à progressividade anual disciplinada neste projeto receberão benefícios fiscais, a ser estipulados pelo Poder Executivo, proporcionais ao período de antecedência anual.

O Poder Executivo poderá elevar o percentual máximo de 10% para até 15%, quando julgar conveniente em face das condições locais de mercado e da tecnologia de produção e também reduzir, em situações de emergência, os percentuais já estabelecidos neste projeto, quando as condições de mercado de derivados de mandioca e as necessidades de abastecimento da população assim o recomendarem.

Seu descumprimento acarretará a aplicação de sanções como notificação, com prazo de 15 dias para a regularização, e multa diária no valor de R\$ 10.000,00, a ser revertida para o Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor (FEPC/BAHIA).

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer contrário do relator, o deputado Luciano Ribeiro (DEM).

POSIÇÃO: DIVERGENTE



Ao instituir a obrigatoriedade de substituição de 10% da farinha de trigo pela farinha de mandioca nos moinhos de trigo e estabelecer condições para a sua comercialização, o PL trata de Direito Comercial, cuja competência legislativa é privativa da União, revelando-se, portanto, inconstitucional. Viola a livre iniciativa e princípios constitucionais da ordem econômica nacional da livre concorrência e da defesa do consumidor.

Em não se tratando de saúde pública, não há razão para o Poder Público desvirtuar a sua função reguladora e interferir na escolha da população acerca do alimento a ser consumido, muito menos na receita do produto, mudando as suas características e propriedades originárias, que no caso do pão de trigo, por exemplo, é tão tradicional.

Os moinhos são voltados para o processamento do trigo, que é armazenado de forma isolada, e não estão preparados para a adição do componente exigido no PL, o que acarretará custos com investimentos em equipamentos e logística de armazenamento específicos, em prejuízo dos investimentos já realizados, cujo retorno é de longo prazo, sem contar os custos com ações de marketing para a alteração de hábito alimentar da população.

A população seria obrigada a consumir mandioca (fécula) disfarçada/diluída na massa do produto, o que, do ponto de vista nutricional, não é vantajoso, pois o trigo é mais completo que a mandioca, sendo uma das principais fontes de proteína vegetal. Enquanto a fécula de mandioca tem 1% de proteína, a farinha de trigo tem 7%, ou seja, 600% a mais.

Em realidade, essa exigência não se presta a solucionar a questão da proporção inversa do custo de produção da fécula em relação ao seu baixo valor de mercado, ou mesmo a ausência de uma colheita automatizada, apontados na justificativa do PL, cabendo aos produtores de fécula buscar apoio para a adoção de novas tecnologias a fim de melhorar a qualidade do produto e apostar nos seus nichos específicos de mercados, desvinculados da farinha de trigo.

A alegação de possível barateamento dos preços finais dos produtos de panificação também não se sustenta, considerando que a produção do amido de milho e de outros tipos vem apresentando custos inferiores aos da fécula de mandioca, revelando-se nos dias atuais como grande competidor.

33. O Projeto de Lei nº 21.924/2016, de autoria do deputado Euclides Fernandes (PDT), dispõe sobre a exposição de bebidas alcoólicas para o público consumidor em locais específicos, distintos dos destinados a bebidas não alcoólicas e outros produtos.

O QUE É:

O PL determina que a exposição e a comercialização de bebidas alcoólicas e produtos derivados do álcool sejam realizadas em locais com exclusividade e fixação de advertência sobre a sua composição e os seus efeitos colaterais.

As sanções previstas nesta proposição poderão ser aplicadas cumulativamente, podendo ser fixada em, no mínimo, R\$ 400,00 e, no máximo, R\$ 2.000,00, para cada infração cometida.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria da deputada Ivana Bastos (PSD).

POSIÇÃO: DIVERGENTE



Apesar da boa intenção do autor do PL, tem-se que a imposição de restrições ao comércio de bebidas alcoólicas fere o princípio constitucional da livre iniciativa e impõe restrição de quase impossibilidade de cumprimento pelos seus destinatários para uma atividade legal e de significativa importância para a economia baiana.

A falta de espaço é um problema que atinge a maior parte dos empreendimentos, sendo um dos principais custos do negócio. A imposição de disponibilização de espaço exclusivo para bebidas alcoólicas, por óbvio, causará im-

pacto considerável nos custos das atividades do segmento, exercidos eminentemente por micro e pequenos comércios, como mercadinhos, bares etc.

Ademais, não há nenhum estudo que demonstre a eficácia da medida para alcançar os objetivos, faltando-lhe, portanto, fundamento técnico à sua motivação.

Por outro lado, o projeto prevê a aplicação de multas para o descumprimento das exigências, sem especificar as infrações, os órgãos competentes pela fiscalização e aplicação, ou mesmo os meios de defesa, deixando ampla margem de discricionariedade aos órgãos fiscalizadores.

34. O Projeto de Lei nº 21.938/2016, de autoria do deputado Euclides Fernandes (PDT), estabelece normas de garantia para a contratação de serviços de manutenção e recomposição asfáltica no Estado da Bahia, assim como os contratos e aditivos celebrados em sua decorrência, e dá outras providências.



O QUE É:

O PL determina que todas as licitações realizadas pelo Estado da Bahia para a contratação de serviços de manutenção e recomposição asfáltica, assim como os contratos e aditivos celebrados em sua decorrência, conterão, obrigatoriamente, cláusulas garantidoras de durabilidade mínima dos serviços executados, abrangendo tanto os serviços rotineiros de manutenção (mínimo de 3 anos) quanto os serviços de recomposição emergencial (2 anos).

Estabelece a aplicação de multa contratual à empresa contratada no caso de degradação dos serviços antes dos prazos de garantia, assim como a obrigação de refazer o serviço sem qualquer ônus adicional para o Poder Público.

A reincidência no descumprimento contratual poderá acarretar a proibição de contratar com o Estado por até cinco (5) anos.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Zé Raimundo (PT).

POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA



As garantias previstas no PL vão ao encontro de princípios constitucionais que regem a administração pública, como os da moralidade, eficiência, supremacia do interesse público e da finalidade, ao mesmo tempo em que convergem com o determinado pela legislação federal e estadual acerca da matéria.

Ressalva-se, contudo, no que diz respeito à previsão de aplicação de multa contratual à empresa contratada, que o Projeto de Lei não especifica os valores das multas, deixando ao Poder Executivo ampla discricionariedade, o que fere o princípio da segurança jurídica e dá margem à violação dos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade. Ademais, o contratado já se submete a uma série de penalidades decorrentes da normativa que rege todo o processo licitatório, antes e após a entrega da obra, não se fazendo necessária, portanto, a previsão da multa estabelecida no presente PL.

35. O Projeto de Lei nº 22.143/2017, de autoria do deputado Marcell Moraes (PV), dispõe sobre a obrigatoriedade de abatedouros de animais do Estado da Bahia de instalar câmeras posicionadas em toda a linha de produção, no âmbito do Estado da Bahia.

O QUE É:

O PL obriga todo abatedouro de animais do Estado da Bahia a instalar câmeras posicionadas em toda a linha de produção, mostrando todas as fases do abate, devendo as imagens ser armazenadas por 30 dias, caso o Ministério Público, autoridades policiais e dos poderes legislativo, executivo e judiciário, bem como associações as solicitem.

O PL prevê prazo de noventa (90) dias da sanção da lei para a adequação dos matadouros à norma. As penalidades são, isolada e cumulativamente, de: multa pecuniária, em valor a ser determinado pelo órgão responsável pela fiscalização; dobra da multa em caso de reincidência; e cassação da licença de funcionamento.

O Poder Executivo regulamentará a lei no prazo de sessenta (60) dias, a contar da publicação da lei, que entrará em vigor 180 dias após essa data de publicação.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do Pablo Barrozo (DEM).

POSIÇÃO: DIVERGENTE



Os abatedouros já se submetem à legislação própria que contempla os procedimentos a ser observados e as punições para os infratores, bem como se submetem à inspeção dos órgãos competentes e dos veterinários que fiscalizam os frigoríficos, inclusive quanto à saúde e ao bem-estar do animal *ante mortem* e durante todo o processo de abate. É dizer, já existe toda uma sistemática para coibir

maus tratos em animais abatidos, mostrando-se, portanto, desnecessária e desproporcional a imposição de instalação de câmeras e de sistema de armazenamento dos dados.

Ademais, a disponibilidade das imagens poderá fragilizar o sigilo do processo de abate, já devidamente fiscalizado, bem como o uso indevido dessas imagens abre margem para interpretações equivocadas por terceiros não qualificados. Outrossim, o PL ofende o princípio consagrado nacional e internacionalmente de que ninguém está obrigado a produzir provas contra si mesmo.

Também se deve ter em conta que as exigências contidas no PL, além de dificultar a saída da informalidade dos abatedouros clandestinos (ou mesmo incentivar a informalidade), dados os altos custos para a adequação dos frigoríficos, representam, também, uma ameaça aos empregos e ao abastecimento de carne e de seus derivados para o consumidor baiano, tendo em vista que haverá aumentos de preços para o consumidor final, reduzindo, em consequência, a demanda e a produção.

É de se destacar a importância do segmento para a economia baiana, pois, segundo um levantamento do Ministério do Trabalho, o setor emprega formalmente mais de oito mil pessoas. Além disso, segundo estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), para cada empenho direto gerado, estão relacionados mais três empregos indiretos e mais cinco empregos via efeito-renda. Dessa forma, na totalidade, dependem do setor mais de 120 mil empregos (direto, indireto e pelo efeito-renda)

na Bahia. Mesmo assim, por conta da crise, o setor está operando muito abaixo de sua capacidade, com ociosidade de 45%.

Por fim, as penalidades impostas não foram objetivamente conceituadas e o órgão competente pela sua fiscalização não foi bem definido, possibilitando a aplicação de multas irrazoáveis decorrentes de diferentes interpretações ou mesmo duplicadas.

36. O Projeto de Lei nº 22.235/2017, de autoria do deputado Heber Santana (PSC), altera a redação do artigo 3º para acrescentar os incisos XV-C, XV-D e XV-E à Lei nº 7.014, de 4 de dezembro de 1996.



O QUE É:

O PL visa alterar a Lei nº 7.014/96, que trata do ICMS, para dispor que o referido imposto não incidirá sobre: os livros eletrônicos (*e-books*) e os seus respectivos equipamentos eletrônicos utilizados exclusivamente como leitores (*e-readers*); as lonas plásticas, quando para a utilização na proteção de encostas; e geomantas, utilizadas na estabilização de encostas.

TRAMITAÇÃO:

O referido Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando a designação do relator.

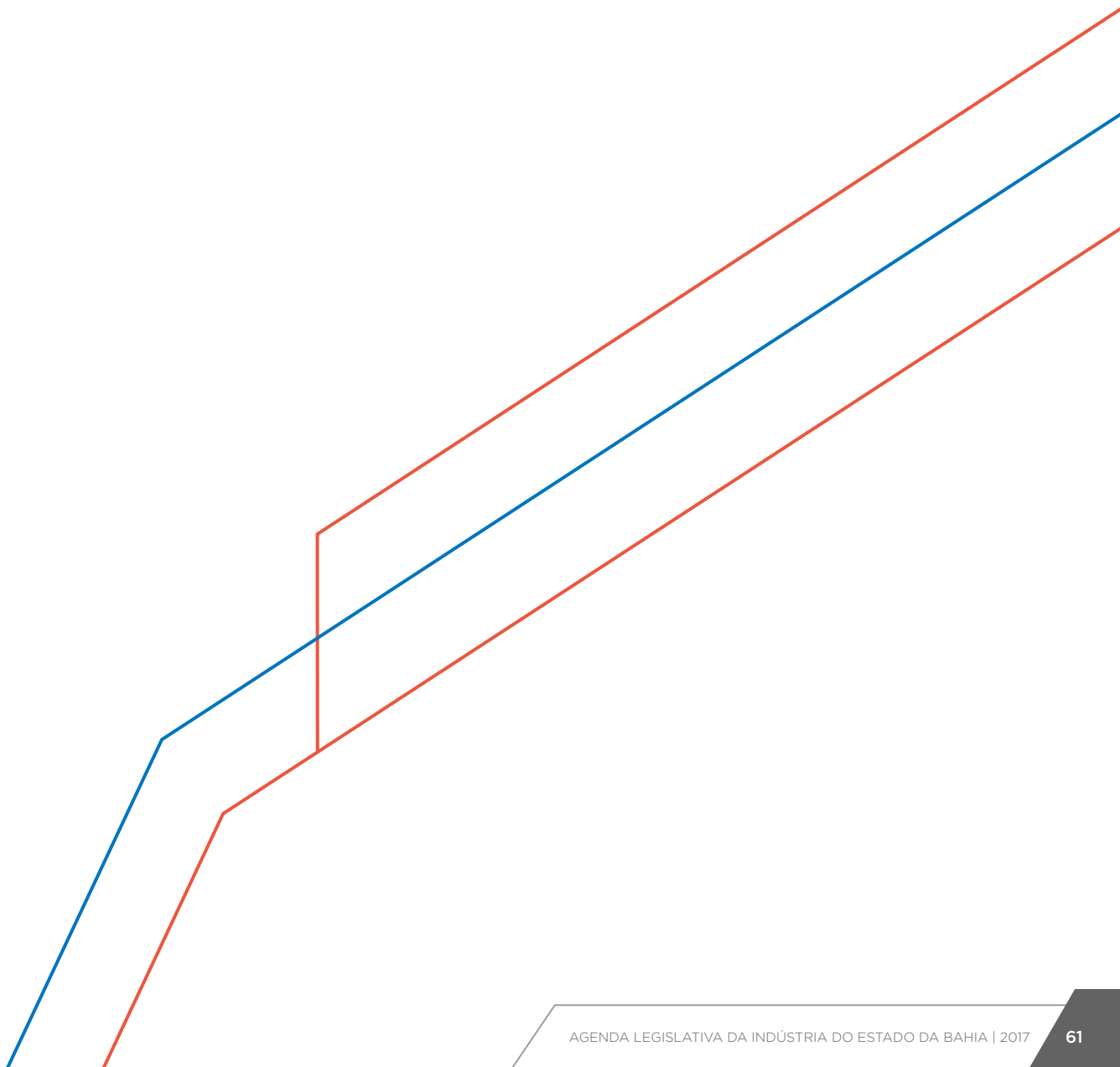
POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVAS



A iniciativa contida no PL de reduzir a tributação hoje prevista para as lonas plásticas e geomantas, quando utilizadas na proteção de encostas, fazendo não incidir o ICMS nessas operações, é louvável e provida de motivação social, pois viabiliza a re-

dução de custos em obras de contenção, incentivando o fomento dessas atividades e beneficiando de forma direta à população que vive nessas áreas. De igual modo, merece aplauso a iniciativa relacionada à não incidência do ICMS para os livros eletrônicos (*e-books*) e os seus respectivos equipamentos eletrônicos utilizados exclusivamente como leitores (*e-readers*), pois toda forma de incentivo à leitura fortalece o processo de construção de uma sociedade com nível de educação mais elevado, diante da irreversível substituição dos livros de papel proveniente da chegada de novas tecnologias.

Contudo, não se pode esquecer que a concessão de incentivos e benefícios fiscais relativos ao ICMS ainda depende de aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) para evitar questionamentos quanto à sua constitucionalidade, apesar de a prática reiterada dos Estados ir na contramão desse entendimento.



ÍNDICE

TRIBUTÁRIO E ECONÔMICO14

- » Projeto de Lei Complementar nº 127/2017, de autoria do deputado Nelson Leal (PSL).....15
- » Projeto de Lei nº 16.248/2007, de autoria do deputado Euclides Fernandes (PDT)16
- » Projeto de Lei nº 19.123/2011, de autoria do deputado Mário Negromonte Jr (PP).....17
- » Projeto de Lei nº 20.215/2013, de autoria do deputado Tom Araújo (DEM)18
- » Projeto de Lei nº 20.233/2013, de autoria do deputado Sandro Régis (DEM).....19
- » Projeto de Lei nº 21.160/2015, de autoria do deputado Bobô (PCdoB)19
- » Projeto de Lei nº 21.408/2015, de autoria do deputado Fábio Souto (DEM)20
- » Projeto de Lei nº 22.190/2017, de autoria do governador Rui Costa (PT)22

SOCIAL E TRABALHISTA24

- » Projeto de Lei nº 21.146/2015, de autoria do deputado Alex da Piatã (PSD)25
- » Projeto de Lei nº 22.003/2016, de autoria do deputado Aderbal Fulco Caldas (PP).....26

POLÍTICA URBANA, INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE28

- » Projeto de Lei nº 20.597/2013, de autoria do deputado Pedro Tavares (PMDB).....29
- » Projeto de Lei nº 20.055/2012, de autoria do deputado Pedro Tavares (PMDB)30
- » Projeto de Lei nº 20.161/2013, de autoria do deputado Euclides Fernandes (PDT)31
- » Projeto de Lei nº 20.429/2013, de autoria do deputado Bruno Reis (PMDB)31
- » Projeto de Lei nº 20.985/2014, de autoria do deputado Rosemberg Pinto (PT)32
- » Projeto de Lei nº 21.164/2015, de autoria do deputado Pedro Tavares (PMDB)33
- » Projeto de Lei nº 21.216/2015, de autoria do deputado Pedro Tavares (PMDB).....34

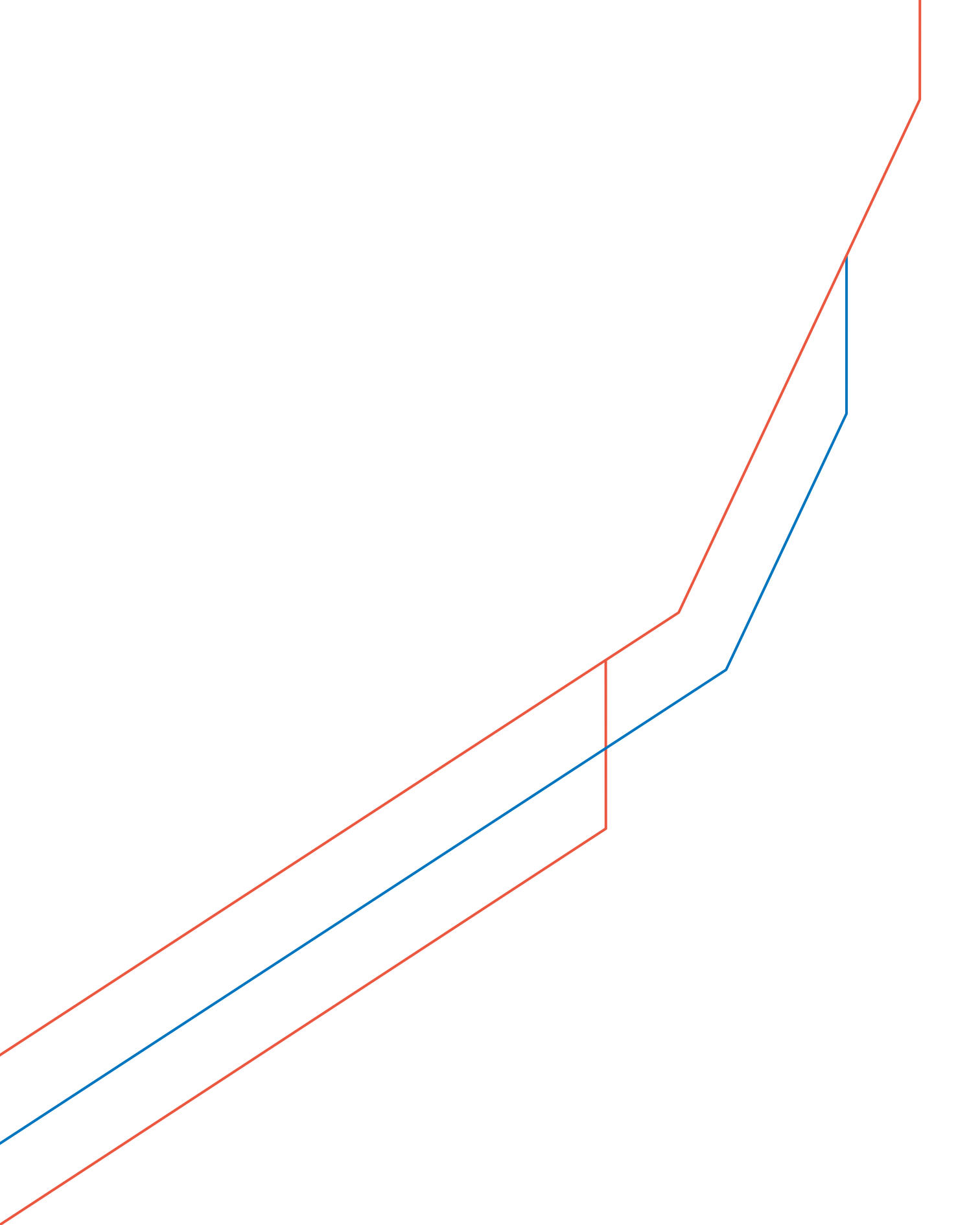
» Projeto de Lei nº 21.226/2015, de autoria do deputado Ivana Bastos (PSD)	35
» Projeto de Lei nº 21.317/2015, de autoria do deputado Marcelino Galo (PT).....	36
» Projeto de Lei nº 21.565/2015, de autoria do deputado Marcelino Galo (PT)	38
» Projeto de Lei nº 21.574/2015, de autoria do deputado Zó (PCdoB)	39
» Projeto de Lei nº 21.862/2016, de autoria do deputado Fábio Souto (DEM)	40
» Projeto de Lei nº 21.895/2016, de autoria do deputado Soldado Prisco (PPS).....	41
» Projeto de Lei nº 22.077/2016, de autoria do deputado Pablo Barrozo (DEM).....	43
» Projeto de Lei nº 22.111/2016, de autoria do deputado Alan Sanches (DEM).....	44
» Projeto de Lei nº 22.222/2017, de autoria do deputado Marcell Moraes (PV)	45
» Projeto de Lei nº 22.264/2017, de autoria do deputado Manassés (PSL)	46

INSTITUCIONAL.....48

» Projeto de Lei nº 19.078/2011, de autoria do deputado Marcelino Galo (PT).....	49
----------------------------------------------------------------------------------	----

INTERESSE SETORIAL.....52

» Projeto de Lei nº 19.015/2011, de autoria do deputado Sandro Régis (DEM).....	53
» Projeto de Lei nº 21.815/2016, de autoria da deputada Neuza Cadore (PT).....	54
» Projeto de Lei nº 21.846/2016, de autoria do deputado Luciano Ribeiro (DEM).....	55
» Projeto de Lei nº 21.860/2016, de autoria do deputado Eduardo Salles (PP)	56
» Projeto de Lei nº 21.924/2016, de autoria do deputado Euclides Fernandes (PDT)	57
» Projeto de Lei nº 21.938/2016, de autoria do deputado Euclides Fernandes (PDT)	58
» Projeto de Lei nº 22.143/2017, de autoria do deputado Marcell Moraes (PV)	59
» Projeto de Lei nº 22.235/2017, de autoria do deputado Heber Santana (PSC).....	60



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA LEGISLATURA 2017-2019

MESA DIRETORA 2017-2019

Presidente: Dep. Angelo Coronel
1º Vice-Presidente: Dep. Luiz Augusto
2º Vice-Presidente: Dep. Carlos Geilson
3º Vice-Presidente: Dep. Alex Lima
4º Vice-Presidente: Dep. Manassés
1º Secretário: Dep. Sandro Régis
2º Secretário: Dep. Aderbal Caldas
3º Secretário: Dep. Fabrício Falcão
4º Secretário: Dep. Luciano Simões Filho

DEPUTADOS ESTADUAIS (NOME/PARTIDO)

Aderbal Caldas/PP	Gika Lopes/PT	Pablo Barrozo/DEM
Adolfo Menezes/PSD	Heber Santana/PSC	Pastor Sargento Isidório/PDT
Adolfo Viana/PSDB	Hildécio Meireles/PMDB	Paulo Câmera/PDT
Alan Castro/PSL	Ivana Bastos/PSD	Paulo Rangel/PT
Alan Sanches/DEM	Jânio Natal/PTN	Pedro Tavares/PMDB
Alex da Piatã/PSD	José de Arimatéia/PRB	Reinaldo Braga/PSL
Alex Lima/PTN	Joseildo Ramos/PT	Raimundo Tavares (Bobô)/PCdoB
Ângela Sousa/PSD	Jurandy Oliveira/PRP	Roberto Carlos/PDT
Ângelo Almeida/PSB	Leur Lomanto Júnior/PMDB	Robinho/PP
Ângelo Coronel/PSD	Luciano Ribeiro/DEM	Rosemberg Pinto/PT
Antônio Henrique Junior/PP	Luciano Simões Filho/PMDB	Samuel Júnior/PSC
Augusto Castro/PSDB	Luiz Augusto/PP	Sandro Régis/DEM
Bira Coroa/PT	Luiza Maia/PT	Sidelvan Nóbrega/PRB
Carlos Geilson/PSDB	Manassés/PSL	Soldado Prisco/PPS
Carlos Ubaldino/PSD	Marcelino Galo/PT	Targino Machado/PPS
David Rios/PMDB	Marcell Moraes/PV	Tom Araújo/DEM
Eduardo Salles/PP	Marcelo Nilo/PSL	Zé Neto/PT
Euclides Fernandes/PDT	Maria Del Carmen/PT	Zé Raimundo/PT
Fábio Souto/DEM	Marquinho Viana/PSB	Zó/PCdoB
Fabíola Mansur/PSB	Mirela Macedo/PSD	
Fabrício Falcão/PCdoB	Nelson Leal/PSL	
Fátima Nunes/PT	Neusa Cadore/PT	

LISTA DE COLABORADORES

Colaboraram para a realização deste trabalho os 43 sindicatos filiados à Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), além dos Conselhos Temáticos desta Federação.

SINDICATOS FILIADOS:

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL NO ESTADO DA BAHIA

Presidente: Luiz Carlos Borges de Queiroga Cavalcanti
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sindacucarba@fieb.org.br
CNPJ: 15.233.489/0001-19

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM NO ESTADO DA BAHIA

Presidente: Eduardo Catharino Gordilho
Sede: Av. Tancredo Neves, 2.539
CEO Salvador Shop, Torre Londres, 406
Caminho das Árvores
CEP: 41820-021 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3500-8837
E-mail: sindifiteba@gmail.com
CNPJ: 15.235.385/0001-43

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO CURTIMENTO DE COUROS E PELES NO ESTADO DA BAHIA

Presidente: Sergio Aloys Heeger
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sindicouroba@fieb.org.br
CNPJ: 15.253.016/0001-83

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TABACO NO ESTADO DA BAHIA

Presidente: Ana Cláudia Basílio Lima das Mercês
Sede: Rua J. B. da Fonseca, 150 - 1º andar - Centro
CEP: 44.380-000 - Cruz das Almas - BA
Tel.: (75) 3312-5830
E-mail: sinditabaco@gmail.com
CNPJ: 15.235.880/0001-52

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO DE SALVADOR, LAURO DE FREITAS, SIMÕES FILHO, CANDEIAS, CAMAÇARI, DIAS D'ÁVILA E SANTO AMARO

Presidente: Waldomiro Vidal de Araújo Filho
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sindvest@fieb.org.br
CNPJ: 15.253.032/0001-76

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DO ESTADO DA BAHIA

Presidente: Josair Santos Bastos
Sede: Av. Tancredo Neves, 939 Espl. Tower, sala 501, - Caminho das Árvores
CEP: 41.820-020 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3341-4240
E-mail: sigeb@terra.com.br
CNPJ: 15.240.112/0001-97

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE
ÓLEOS VEGETAIS E ANIMAIS E DE PRODUTOS
DE CACAU E DE BALAS NO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Ricardo de Agostini Lagoeiro
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sindioleosba@fieb.org.br
CNPJ: 15.235.310/0001-62

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CERVEJA E
BEBIDAS EM GERAL NO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Cleonir Galvão Xavier Filho
Sede: Av. Santa Luzia - Lot. Parque Flo-
restal, 1094, sala 302 - Horto Florestal
CEP: 40.295-050 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3356-1210
E-mail: sindcerbe@bol.com.br
CNPJ: 15.253.008/0001-37

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO PAPEL,
CELULOSE, PAPELÃO, PASTA DE MADEI-
RA PARA PAPEL E ARTEFATOS DE PA-
PEL E PAPELÃO NO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Jorge Emanuel Reis Cajazeira
Sede: Av. Professor Magalhães Neto, 1752,
Ed. Lena Empresarial, salas 206/208 - Pituba
CEP: 41.810-012 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3450-1126
E-mail: administrativo@sindpacel.com.br
CNPJ: 15.235.864/0001-60

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO, MI-
LHO, MANDIOCA, MASSAS ALIMENTÍCIAS
E DE BISCOITOS NO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Antonio Ricardo Alvarez Alban
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sindtrigoba@fieb.org.br
CNPJ: 15.236.110/0001-24

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONS-
TRUÇÃO DO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Carlos Henrique de Oliveira Passos
Sede: Rua Minas Gerais, 436 - Pituba
CEP: 41.830-020 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3616-6000
E-mail: secretaria@sinduscon-ba.com.br
CNPJ: 15.236.656/0001-85

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CAL-
ÇADOS, SEUS COMPONENTES E AR-
TEFATOS NO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Roberto Enzweiler
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sindcalcadosba@fieb.org.br
CNPJ: 15.253.024/0001-20

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚR-
GICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL
ELÉTRICO NO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Alberto Cánovas Ruiz
Sede: Av. Tancredo Neves, 2227, Cond. Salva-
dor Prime, sala 417 - Caminho das Árvores
CEP: 41.820-020 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3506-2096
E-mail: simmeb@uol.com.br
CNPJ: 15.235.849/0001-11

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE
CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO
E OLARIA DO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Jamilton Nunes da Silva
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1218
E-mail: sindicerba@fieb.org.br
CNPJ: 15.235.856/0001-13

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SABÕES,
DETERGENTES E PRODUTOS DE LIMPEZA
EM GERAL E VELAS NO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Juan José Rosário Lorenzo
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sindisaboesba@fieb.org.br
CNPJ: 15.236.102/0001-88

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS,
CARPINTARIAS, TANOARIAS E MARCENARIAS DE
SALVADOR, SIMÕES FILHO, LAURO DE FREITAS,
CAMAÇARI, DIAS D'ÁVILA, SANTO ANTÔNIO
DE JESUS, FEIRA DE SANTANA E VALENÇA**

Presidente: Jaime Lorenzo Piñeiro
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sindiscamba@fieb.org.br
CNPJ: 15.235.872/0001-06

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIBRAS
VEGETAIS NO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Wilson Galvão Andrade
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sindifibrasba@fieb.org.br
CNPJ: 14.560.742/0001-86

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO
DE PEDRA BRITADA DO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Fernando Jorge de Azevedo Carneiro
Sede: Av. Tancredo Neves, bloco A, sala 607, 274,
Centro Emp. Iguatemi - Caminho das Árvores
CEP: 41.820-020 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3450-8388
E-mail: sindibrita@sindibrita-ba.com.br
CNPJ: 13.520.812/0001-00

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATE-
RIAL PLÁSTICO NO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Luiz Antônio de Oliveira
Sede: Av. Santos Dumont, S/N, Shopping
Estrada do Coco, sala 435 - Portão
CEP: 42.700-000 - Lauro de Freitas - BA
Tel.: (71) 3379-8066
E-mail: sindiplasba@sindiplasba.org.br
CNPJ: 13.041.173/0001-08

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS
DE CIMENTO NO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: José Carlos Telles Soares
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sinprocimba@fieb.org.br
CNPJ: 13.759.709/0001-17

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS
QUÍMICOS PARA FINS INDUSTRIAIS E DE PRO-
DUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: João Augusto Tararan
Sede: Av. Tancredo Neves, 274, CEI II, blo-
co B, sala 203 - Caminho das Árvores
CEP: 41.820-020 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3450-9334
E-mail: adm@quimbahia.com.br
CNPJ: 13.549.449/0001-55

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE
MÁRMORES, GRANITOS E SIMILA-
RES DO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Marcos Régis Andrade
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: simagranba@fieb.org.br
CNPJ: 33.964.792/0001-73

**SINDICATO DA INDÚSTRIA ALIMENTAR
DE CONGELADOS, SORVETES, SUCOS
CONCENTRADOS E LIOFILIZA-
DOS DO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Luiz Garcia Hermida
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sindsucosba@fieb.org.br
CNPJ: 73.562.019/0001-03

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES
E DERIVADOS DO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Julio Cesar Melo de Farias
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sincarba@fieb.org.br
CNPJ: 73.561.946/0001-09

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VESTUÁ-
RIO DA REGIÃO DE FEIRA DE SANTANA**

Presidente: Edison Virginio Nogueira Correia
Sede: Rua Gonçalo Alves Boaventura, S/N, prédio do SESI - Cruzeiro
CEP: 44.022-074 - Feira de Santana - BA
Tel.: (75) 3602-9741
E-mail: sindvestfeira@fieb.org.br
CNPJ: 00.863.397/0001-45

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DO
MOBILIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: João Schaun Schnitman
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1230
E-mail: moveba@fieb.org.br
CNPJ: 02.295.900/0001-39

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REFRIGE-
RAÇÃO, AQUECIMENTO E TRATAMEN-
TO DE AR DO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Rogério Lopes de Faria
Sede: Av. Luis Viana Filho, 1773, Para-
lela Shopping, 3º andar - Imbuí
CEP: 41.720-200 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3371-1986
E-mail: sindratar@gmail.com
CNPJ: 02.338.661/0001-57

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE
CAFÉ DO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Antônio Roberto Rodrigues Almeida
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sincafeba@fieb.org.br
CNPJ: 02.150.002/0001-92

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE
APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔN-
ICOS, COMPUTADORES, INFORMÁTICA
E SIMILARES DE ILHÉUS E ITABUNA**

Presidente: Silvio Luis Comin
Sede: Av. Ferroviária, 315, SESI - Iguape
CEP: 45.658-340 - Ilhéus - BA
Tel.: (73) 3639-6744
E-mail: sinec@sinec.org.br
CNPJ: 03.071.658/0001-82

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CONS-
TRUÇÃO DE SISTEMAS DE TELECOMU-
NICAÇÕES DO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Alexi Pelagio Gonçalves Portela Junior
Sede: Av. Ulysses Guimarães, 3302,
Ed. Cab. Empresarial, sala 209 - Sussuarana
CEP: 41.213-000 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3033-5128
E-mail: anaelisabete@telenge.com.br
CNPJ: 04.150.358/0001-51

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE AMÉLIA RODRIGUES, FEIRA DE SANTANA E SÃO GONÇALO DOS CAMPOS

Presidente: Luiz Fernando Kunrath
Sede: Rua Gonçalo Alves Boaventura, S/N, prédio do Sesi - Cruzeiro
CEP: 44.022-074 - Feira de Santana - BA
Tel.: (75) 3602-9786
E-mail: simmefsfeira@fieb.org.br
CNPJ: 01.544.938/0001-35

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA FINS INDUSTRIAIS, PETROQUÍMICAS E DE RESINAS SINTÉTICAS DE CAMAÇARI, CANDEIAS E DIAS D'ÁVILA

Presidente: Roberto Fiamenghi
Sede: Rod. BA 512, Km 1,5, Fazenda Olhos D'água - Polo Petroquímico
CEP: 42.810-440 - Camaçari - BA
Tel.: (71) 3634-3416
E-mail: sinpeq@coficpolo.com.br
CNPJ: 04.160.807/0001-42

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DO ESTADO DA BAHIA

Presidente: Mauricio Toledo de Freitas
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1246
E-mail: sindirepaba@sindirepabahia.com.br
CNPJ: 03.508.364/0001-75

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO DE CALCÁRIO, CAL E GESSO NO ESTADO DA BAHIA

Presidente: Sergio Pedreira de Oliveira Souza
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sindicalba@fieb.org.br
CNPJ: 04.963.074/0001-84

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS DO LEITE DO ESTADO DA BAHIA

Presidente: Lutz Viana Rodrigues Junior
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1223
E-mail: sindileite@fieb.org.br
CNPJ: 05.410.054/0001-49

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

Presidente: Dan Ioschpe
Sede: Avenida Santo Amaro, 1386 - Vila Nova Conceição
CEP: 04.506-001 - São Paulo - SP
Tel.: (71) 3343-1246
E-mail: sindipba@sindipecas.org.br
CNPJ: 62.648.555/0001-00

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS E DE PERFUMARIA DO ESTADO DA BAHIA

Presidente: Raul Costa de Menezes
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1234
E-mail: sindcosmetic@fieb.org.br
CNPJ: 02.788.229/0001-68

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTIGOS PLÁSTICOS, BORRACHAS, TÊXTEIS, PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, VETERINÁRIOS, LINHA DE MONTAGEM DE PRODUTOS AFINS DE FEIRA DE SANTANA E REGIÃO

Presidente: Luiz da Costa Neto
Sede: Rua Gonçalo Alves Boaventura, S/N, prédio do Sesi - Alto do Cruzeiro
CEP: 44.022-074 - Feira de Santana - BA
Tel.: (75) 3602-9786
E-mail: sindplASF@fieb.org.br
CNPJ: 07.672.568/0001-06

**SINDICATO PATRONAL DAS INDÚSTRIAS
DE CERÂMICAS VERMELHAS E BRANCAS
PARA CONSTRUÇÃO E OLARIAS DA RE-
GIÃO SUDOESTE E OESTE DA BAHIA**

Presidente: Dirceu Alves da Cruz
Sede: Rua Professora Hele-
na Lima Santos, 715 - Centro
CEP: 46.400-000 - Caetitê - BA
Tel.: (77) 3454-2255
E-mail: sindiceso@gmail.com
CNPJ: 12.265.116/0001-31

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ADUBOS E
CORRETIVOS AGRÍCOLAS DO NORDESTE**

Presidente: Thomas Jean Michel Bernard
Sede: Rua Professor João Medeiros, 1088,
casa 17, Jardim de Alah - Boa Viagem
CEP: 51.020-370 - Recife - PE
Tel.: (81) 3221-3170
E-mail: siacan@veloxmail.com.br
CNPJ: 12.589.214/0001-24

**SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA
DA CONSTRUÇÃO E REPARA-
ÇÃO NAVAL E OFFSHORE**

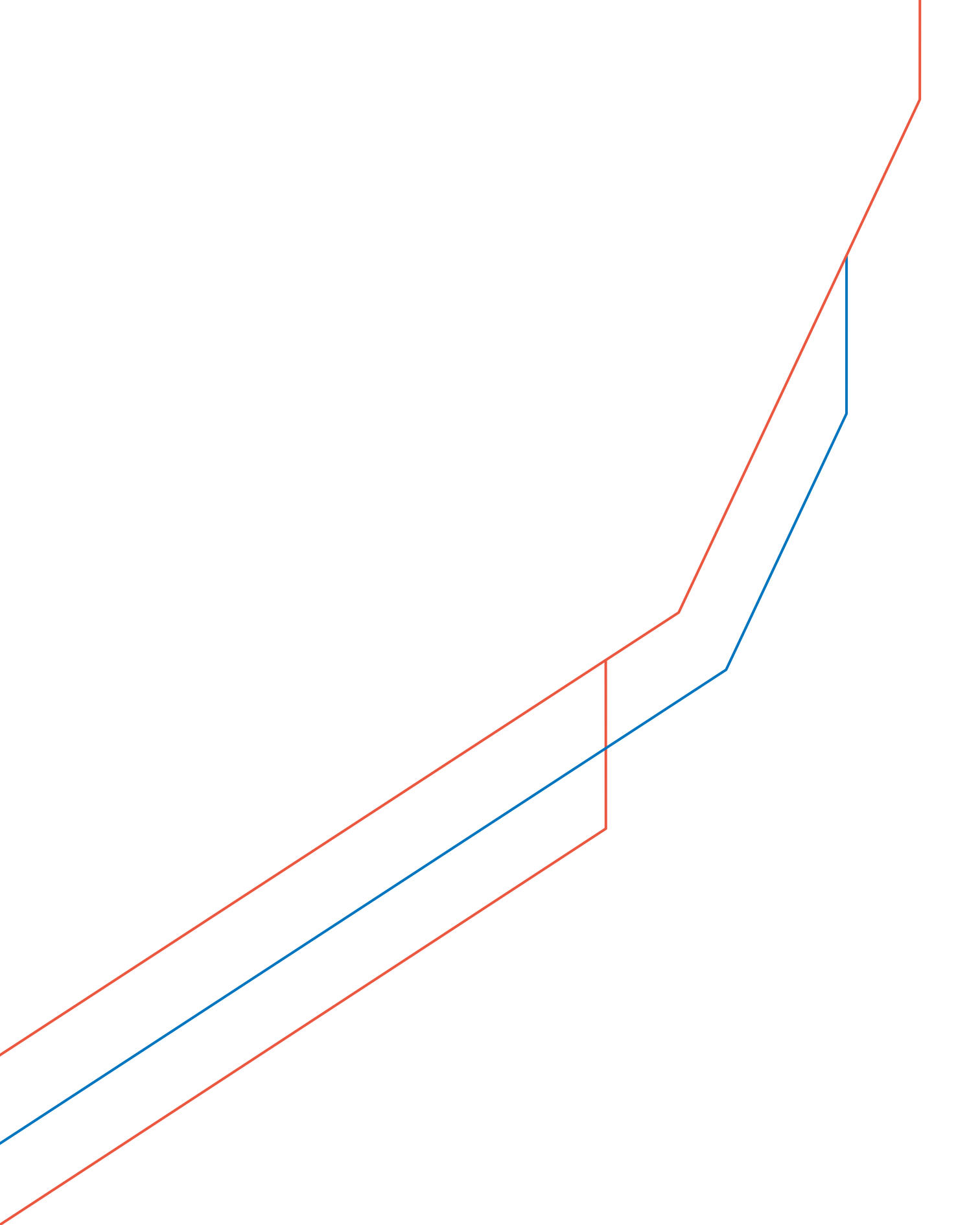
Presidente: Ariovaldo Santana da Rocha
Sede: Av. Churchill, 94, salas 210 - 215 - Centro
CEP: 20.020-050 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2533-4568
E-mail: sinaval@sinaval.org.br
CNPJ: 33.643.693/0001-90

**SINDICATO INTERMUNICIPAL DA
INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E
CONFEITARIA DO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Cosme Fred Rios Santana
Sede: Rua Duque de Caxias, 122,
sala 03 - Olhos D'Água
CEP: 44.003-682 - Feira de Santana - BA
Tel.: (75) 3614-3773
E-mail: sipaceb@gmail.com
CNPJ: 16.443.681/0001-00

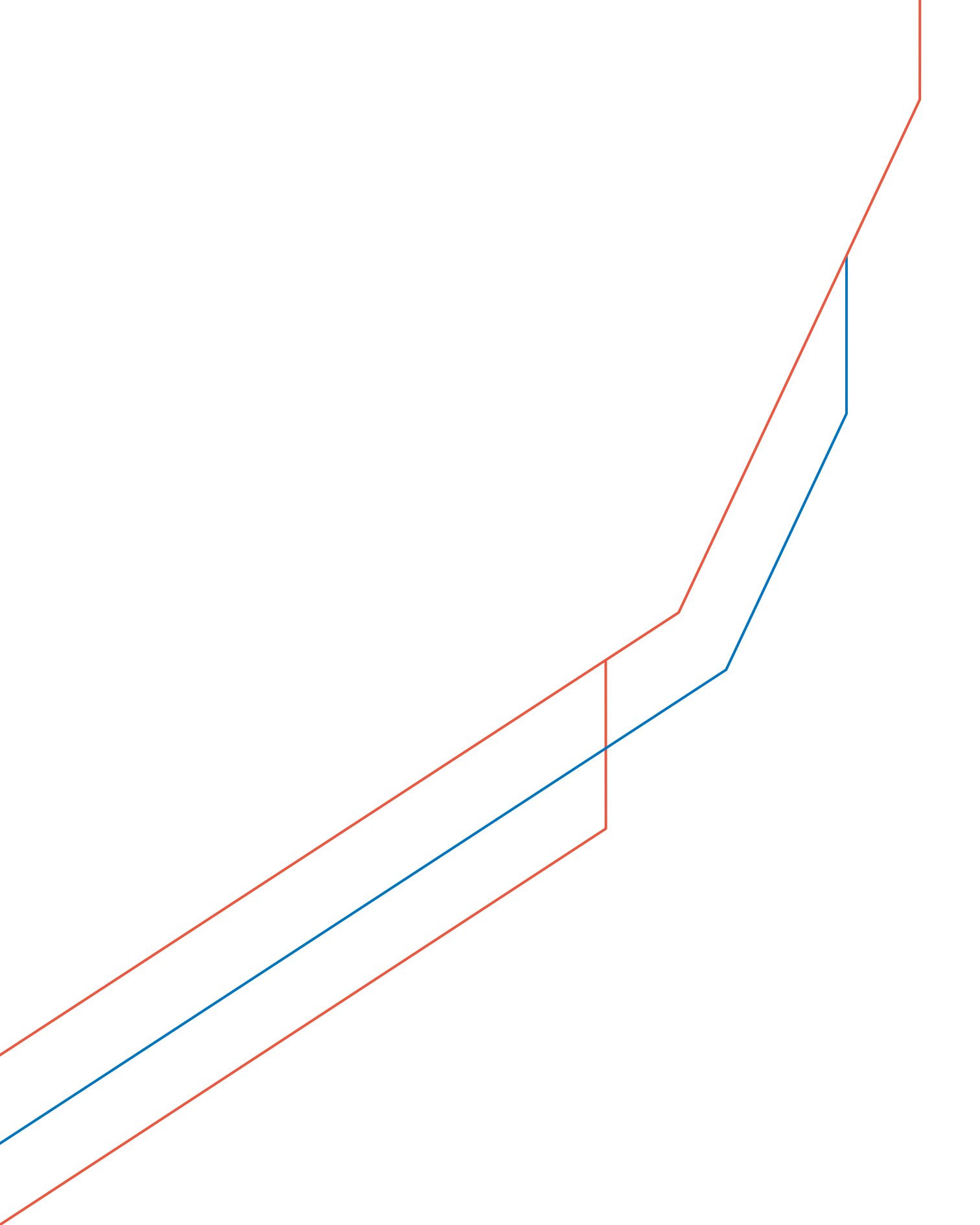
**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS
DE MINERAIS METÁLICOS, METAIS NOBRES E
PRECIOSOS, PEDRAS PRECIOSAS E SEMIPRE-
CIOSAS E MAGNESITA NO ESTADO DA BAHIA**

Presidente: Paulo Guimarães Misk
Sede: Rua Edístio Pondé, 342 - STIEP
CEP: 41.770-395 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3343-1234
E-mail: sindimiba@gmail.com
CNPJ: 13.009.682/0001-45



CONSELHOS TEMÁTICOS

CONSELHOS	CARGO	
Conselho de Assuntos Fiscais e Tributários - CAFT	Sérgio Pedreira de Oliveira Souza	Coordenador
	Marcelo Nesser Nogueira Reis	Vice-Coordenador
Conselho de Economia e Desenvolvimento Industrial - CEDIN	Antonio Sergio Alipio	Coordenador
	Mario Correia Dantas de Carvalho	Vice-Coordenador
Conselho de Inovação e Tecnologia - CITEC	Jose Luis Gonçalves de Almeida	Coordenador
	Rubén Arnoldo Soto Delgado	Vice-Coordenador
Conselho de Infraestrutura - COINFRA	Marcos Galindo Pereira Lopes	Coordenador
	Cláudio Murilo Micheli Xavier	Vice-Coordenador
Conselho de Meio Ambiente - COMAM	Jorge Emanuel Reis Cajazeira	Coordenador
	Sergio de Almeida Bastos	Vice-Coordenador
Conselho de Comércio Exterior - COMEX	Angelo Calmon de Sa Junior	Coordenador
	Alberto Schmidt Filho	Vice-Coordenador
Conselho de Micro e Pequena Empresa - COMPEM	Carlos Henrique Jorge Gantois	Coordenador
	Reginaldo Rossi	Vice-Coordenador
Conselho de Relações Trabalhistas - CRT	Homero Ruben Rocha Arandas	Coordenador
	João Batista Cavalcante de Vasconcelos	Vice-Coordenador
Conselho de Responsabilidade Social Empresarial - CORES	Marconi Andraos Oliveira	Coordenador
	Isaac Chaves Edington	Vice-Coordenador
Conselho de Petróleo, Gás e Naval - CPGN	Humberto Campos Rangel	Coordenador
	Adary Oliveira	Vice-Coordenador
Conselho de Portos - CP	Sérgio Fraga Santos Faria	Coordenador
	Jorge Humberto Pessoa Lopes	Vice-Coordenador
Conselho de Jovens Lideranças da Indústria - CLI	Nayana Carvalho Pedreira	Coordenadora
	Diogo Guimarães P. Gonçalves	Vice-Coordenador
Comitê da Cadeia Produtiva da Construção do Estado da Bahia	Carlos Henrique de Oliveira Passos	Coordenador
	Arlene Aparecida Vilpert	Vice-Coordenadora



FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA

AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA DO ESTADO DA BAHIA 2017

ELABORAÇÃO:

Diretoria Executiva

Vladson Bahia Menezes — Diretor

Gerência de Relações Governamentais — GRG

Cinthia Maria de Freitas

Gilvã da Luz dos Santos

Isana Souto Santos

Vera Lúcia de Godói Lacerda

Comitê de Assuntos Legislativos e Executivos da FIEB — COALF

Carlos Danilo Peres Almeida

Cinthia Maria de Freitas

Frederico Bandeira Caria de Almeida

Isana Souto Santos

Luciana Dias Couto Silva

Maria Thereza Macieira Fontes

CONTRIBUIÇÕES:

Superintendência de Desenvolvimento Industrial — SDI

Marcus Emerson Verhine — Superintendente

Gerência de Estudos Técnicos — GET

Ricardo Menezes Kawabe — Gerente

Gerência de Meio Ambiente e Responsabilidade Social — GMARS

Arlinda Coelho — Gerente

Superintendência Executiva de Serviços Corporativos — SESCO

Cid Carvalho Vianna — Superintendente

Gerência Jurídica — GJUR

Danusa Costa Lima e Silva — Gerente

Gerência de Comunicação Institucional — GCI

Mônica Mello — Gerente

Gerência de Relações Sindicais — GRS

Manuela Martinez Mattos — Gerente

FICHA TÉCNICA:

Supervisão Técnica

Lisandro Carvalho — GCI

Projeto Gráfico e Diagramação

Bamboo Editora

Impressão

Gráfica Santa Bárbara — GRASB

